



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Edital

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022 – SEDUC/GO

PROCESSO Nº 2021.0000.605.7406

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no que tange à disponibilização de uniformes para bandas e fanfarras às escolas da rede pública estadual de ensino, subsidiando o Projeto Arte Educa, entre outras ações.

ABERTURA: 09 de Setembro de 2022 às 09 horas.

Obs. Horário de Brasília.

OFERTA DE COMPRA: 55001

Nos termos do art. 25, do Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020, a publicidade da presente licitação se deu por meio eletrônico via www.comprasnet.go.gov.br, www.educacao.go.gov.br e por Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, Diário Oficial da União e Diário do Estado em 25.08.2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022 – SEDUC/GO

O Estado de Goiás, pela Secretaria de Estado da Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 2876/2022 - SEDUC-GAB/SEDUC, torna público, para conhecimento dos interessados que está disponível no endereço abaixo ou por meio do site www.comprasnet.go.gov.br e www.seduc.go.gov.br, o Edital de Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº000/2022, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, ficando disponíveis os Itens 1, 3, 5, 7, 9, 12, 14, 17, 19, 21, 23 para Disputa Geral e Itens 2, 4, 6, 8, 10, 13, 15, 18, 20, 22, 24 em atendimento ao disposto nos arts. 7º e 9º da Lei estadual nº 17.928/12 estabelecida a Cota Reservada para Disputa entre ME/EPP e ainda observando os §1º e 2º da referida Lei, oriundo do Processo nº 2021.0000.65.7406, que o objeto é Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no que tange à disponibilização de uniformes para bandas e fanfarras às escolas da rede pública estadual de ensino, subsidiando o Projeto Arte Educa, entre outras ações, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo de Referência, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes deste Termo de Referência, estando a presente licitação e consequente contratação regidas pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 9.666/2020, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, o Decreto estadual nº 7.437, de 06 de setembro de 2011, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas vigentes à matéria.

PARTICIPAÇÃO: Itens 1, 3, 5, 7, 9, 12, 14, 17, 19, 21, 23 - Disputa Geral e Itens 2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 20, 22, 24 - Cota Reservada ME/EPP e Itens 11 e 16 Reservado para ME/EPP.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item

DATA DE ABERTURA: 09.09.2022 às 09horas

Local de realização: www.comprasnet.go.gov.br

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, Decreto Estadual nº 9.666/2020, Lei Estadual nº 17.928 de 27.12.2012, Lei Complementar Estadual nº 117 de 05/10/2015, Decreto Estadual nº 7.466/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Obtenção do Edital: www.comprasnet.go.gov.br e www.educacao.go.gov.br

Informações: (62) 3220-9571

Gerência de Licitação – GEL/SGA/SEDUC - GO
Av Quinta Avenida, nº 212, St. Leste Vila Nova, Goiânia - GO - 74.643-010
Fone: (62) 3220-9569

EDITAL DE LICITAÇÃO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 033/2022

A Secretaria de Estado da Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 2876/2021 - SEDUC, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em sessão pública eletrônica, por meio do site www.comprasnet.go.gov.br, nos termos da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 9.666/2020 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, o Decreto estadual nº 7.437, de 06 de setembro de 2011, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, Lei Complementar nº 144 de 24 de julho de 2018, e demais normas pertinentes à matéria, bem como das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. O Pregão Eletrônico SRP será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet, no sítio www.comprasnet.go.gov.br (art. 5º, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).
- 1.2. O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame (art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).
- 1.3. O Pregão Eletrônico SRP será conduzido pela Secretaria de Estado da Educação, com apoio técnico e operacional à Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística da Secretaria de Estado da Administração, que atuará como provedor do Sistema de Compras do Estado de Goiás (art. 12 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

1.4. As dúvidas quanto à operacionalização do sistema deverão ser dirimidas pelo telefone: 62. 3201-8752.

2. OBJETO

2.1. **Sistema de Registro de Preços**, para futura e eventual aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no que tange à disponibilização de uniformes para bandas e fanfarras às escolas da rede pública estadual de ensino, subsidiando o Projeto Arte Educa, entre outras ações, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referência.

2.2. Os quantitativos objeto deste Pregão encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2.3. Os valores de referência unitários e totais, aferidos com base em pesquisa de mercado, encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2.4. Deverão ser observadas as especificações completas, condições, exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2.5. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante do Edital e seus anexos e a descrição do objeto constante nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.seduc.go.gov.br, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital e seus anexos.

3. DO LOCAL, DATA E HORA

3.1. O Pregão Eletrônico SRP será realizado em sessão pública eletrônica, por meio do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **09.09.2022** a partir das **09 horas**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

3.2. As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas, por meio do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre o dia **25.08.2022** até às **08h59min** do dia **09.09.2022**. **O encaminhamento das propostas comerciais: é a partir da data da divulgação do Edital até a data e horário da sessão de abertura** (art. 26, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

3.3. A fase competitiva de lances terá início às **09h10min** do dia **09.09.2022** e terá duração de **10 (dez)** minutos;

3.3.1. Será iniciado o procedimento de encerramento a partir das **09h20min**, na forma do item 9.10 e subitens seguintes deste Edital.

3.4. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF (UTC -03:00) e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3.5. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, devendo observar rigorosamente os prazos limites (data e horário) para recebimento das propostas, bem como para início da sessão de disputa de preços, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido e no mesmo endereço eletrônico, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos deste Edital e seus anexos.

4.2. Os pedidos de esclarecimentos ou Impugnações deverão ser enviadas ao Pregoeiro em até 03 (dias) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio de documento devidamente assinado e redigido em papel timbrado (caso seja empresa), a ser encaminhado por meio do sistema comprasnet.go.gov.br (art. 23 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

4.2.1. Não serão conhecidas as impugnações recebidas pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio após o prazo definido no item 4.2.

4.2.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do pedido (art. 23, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame (art. 24, § 1º, do Decreto nº 9.666/2020), exceto a hipótese descrito no item 4.4 (art. 24, § 3º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

4.4. Possíveis retificações do Edital, por iniciativas de ofício ou provocadas por eventual procedência de impugnação, serão publicadas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido e sendo designada nova data para a realização do certame caso a modificação altere a formulação das propostas.

4.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado e serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração (art. 23, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do Pregão:

5.1.1. Do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas;

5.1.2. Que atendam as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

5.1.3. Empresa que esteja reunida em consórcio, conforme art. 33, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.4. Que estejam previamente credenciadas no Comprasnet.go.gov; e

5.1.5. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.1.6. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. A Secretaria de Estado da Educação - SEDUC não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

5.2. Não poderão participar deste Pregão:

5.2.1. Empresa suspensa perante o CADFOR, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás e Governo Federal, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

5.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

5.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

5.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, incorporação, concurso de credores ou em liquidação.

5.2.8.1) As licitantes em processo de Recuperação Judicial que apresentarem Certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatórios, nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº11.101/05, em caso de recuperação judicial, ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial, de forma a possibilitar a habilitação de maior número de empresas, NÃO SERÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR.

5.2.9. Também não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93:

I.O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica; e

II.Empresa que possua em seu quadro societário ou de pessoal servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação, bem como empresa que possua proprietário, sócio ou dirigente que seja cônjuge ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação.

5.2.9.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem 5.2.9, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do Termo de Referência e a Licitante, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

5.2.9.2. O disposto no item 5.2.9 aplica-se também aos membros da Comissão de Licitação, ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio.

6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 123/2006, serão assegurados os seguintes benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

I.Preferência de contratação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens destinados à disputa geral, conforme o subitem 9.19 deste Edital;

II.Prazo para regularização de restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista na forma do item 11.16 deste Edital, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 c/c do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 147/2014;

6.2. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo 3º, §4º, da referida Lei.

6.3. Para usufruir dos benefícios, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar-se como tal no início ao efetuar seu credenciamento. Caso venha a lograr-se vencedora, deverá comprovar tal condição.

6.4. O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e a consequente aplicação das sanções cabíveis.

7. DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET.GO

7.1. É condição obrigatória para a participação neste Pregão que o interessado realize o credenciamento no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Estado de Administração (SEAD) no endereço eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, bem como providenciar o envio de toda a documentação exigida, até o 5º (quinto) dia útil anterior à data prevista para o registro das propostas, nos termos da Instrução Normativa nº 004/2011-

7.1.1. Não havendo pendências documentais, o CADFOR homologará o cadastro no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação completa, excluindo-se o dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD.

7.1.2. O simples pré-cadastro no site www.comprasnet.gov.br não dará direito à licitante de credenciar-se no sistema, em razão do bloqueio inicial do login e senha cadastrados. O CADFOR só realizará o desbloqueio do login e senha após a homologação do cadastro, cujo registro passará a ter status "homologado".

7.1.3. O credenciamento implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das operações inerentes a este Pregão Eletrônico

7.2. Informações complementares para cadastro no CADFOR poderão ser obtidas através dos telefones (62) 3201-6576 e (62) 3201-6625.

7.3. Os interessados poderão se valer do SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores da Administração Federal ou de outros cadastros que atendam aos requisitos previstos na legislação geral. Neste caso, deverão solicitar ao CADFOR seu cadastramento simplificado – apresentado o respectivo certificado de registro cadastral devidamente regular – e estarão dispensados de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, e seu registro passará a ter status "credenciado".

7.4. Se a licitante que optar pelo cadastramento simplificado lograr-se vencedor do certame, deverá o mesmo providenciar a sua inscrição completa no CADFOR, como condição obrigatória para a contratação.

7.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SEDUC responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. Caberá à licitante comunicar imediatamente o provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Nos termos do Art. 19, II, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os **documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. Só será aceita uma proposta para cada item/lote de interesse da licitante.

8.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do CRC do CADFOR, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema (art. 26, § 6º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

8.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.9. Os **documentos complementares à proposta e à habilitação**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo estipulado no § 2º, do art. 38, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, descrito no item.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (art. 28 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 28, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente (intervalo mínimo de R\$0,01 (um centavo)) por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro (art. 30, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor do item**.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos (intervalo mínimo de R\$0,01 (um centavo)), observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital (art. 30, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. ver §3º, art. 30, Decreto Estadual nº 9.666/2020.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.10. Será adotado para envio de lances no Pregão Eletrônico SRP o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações (art. 31, inciso I, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.10.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública (art. 32, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.10.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida na alínea anterior, a sessão pública será encerrada automaticamente (art. 32, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Administração do sistema comprasnet.gov.br (art. 35 do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

9.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação (art. 35 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.17. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

a) Para os itens 2, 4, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 18, 20, 22 e 24 poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa apenas **microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme determinação do art. 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 17.928/2012. **"Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada."** Caso a licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, não comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não tenha se declarado nesta condição ao sistema, a mesma será desclassificada.

b) Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto ao CRC do CADFOR e declaração da empresa de ME/EPP na inserção da proposta no sistema Comprasnet, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

1. no país;

2. por empresas brasileiras;
3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital (art. 38, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 38, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.29. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados (art. 38, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

9.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.31. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado (art. 9º, § 1º da Lei Estadual nº 17.928/2012).

9.32. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada será pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor que o obtido na cota reservada (art. 9º, § 2º da Lei Estadual nº 17.928/2012).

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 39 do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Para efeito de comprovação da exequibilidade, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I. Questionamento ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

II. Pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas;

III. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha ou tenha celebrado com a Administração ou com a iniciativa privada;

IV. Pesquisa de preço no mercado;

V. Verificação de notas fiscais de outros fornecimentos executados pelo proponente;

VI. Estudos setoriais;

VII. Consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Estadual ou Municipal;

VIII. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a execução do objeto; e

IX. Demais diligências que porventura se fizerem necessárias.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5. O Pregoeiro deverá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no **mínimo 2 (duas) horas a 4 (horas)**, sob pena de não aceitação da proposta (art. 38, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Se a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes (art. 44, §4º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020)

10.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade (art. 48, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

10.8. O Pregoeiro **deverá** encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital (art. 38, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

10.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada (art. 38, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

10.8.2. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. CRC do CADFOR (www.comprasnet.go.gov.br);

11.1.2. Certidão negativa/positiva de penalidades (www.comprasnet.go.gov.br).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do CRC do CADFOR, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

11.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CRC do CADFOR para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.5.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 44, §3º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **4 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.11. Habilitação jurídica:

11.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.11.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, devidamente publicado e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.11.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

11.12.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação de:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda.

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Pública Federal** por meio de Certidão Conjunta emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa à Dívida Ativa da União e aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – **INSS**, por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiro, expedida pelo Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil.

OBS: As comprovações pertinentes aos itens “c” e “d” serão alcançadas por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados.

e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em Dívida Ativa expedida pela Secretaria de Estado da Economia ou equivalente da Unidade da Federação onde a Licitante tem sua sede.

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do **Estado de Goiás**, por meio de Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Economia.

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (**Tributos Mobiliários**), por meio de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a Licitante tem sua sede.

h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

i) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

j) Certidão Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º, art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.425/2011.

k) Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal e trabalhista deverá ser de ambas.

11.12.2. Será admitida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mediante a apresentação de certidão positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei.

11.12.3. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar 123/2006.

11.13. Qualificação Econômico-Financeira

11.13.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação de:

a) Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a.1) O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

a.2) O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

a.3) Quando Sociedade Anônima – S.A., o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado da Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76.

b) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, e deverá, preferencialmente, ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investitura, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

	Onde: ILG = índice de liquidez geral ILC = índice de liquidez corrente ISG = índice de solvência geral AT = ativo total AC = ativo circulante RPL = realizável a longo prazo PC = passivo circulante ELP = exigível a longo prazo PL = patrimônio líquido
<ul style="list-style-type: none">• $ILG = (AC+RPL) / (PC+ELP) \geq 1$• $ILC = (AC) / (PC) \geq 1$• $ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$	

b.1) A Licitante que apresentar resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, quando de sua habilitação, estará inabilitada, exceto se comprovar capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação que estará dispensada de apresentação dos referidos índices.

b.2) Na forma do Decreto Estadual nº 7.804 de 20 de fevereiro de 2013, na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, **não** será exigida de **microempresa ou da empresa de pequeno porte** a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

c) Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido na alínea “a” acima.

d) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (ou equivalente, na forma da Lei) expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante ou site eletrônico, com indicação do prazo de validade e não havendo somente será aceita com **data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da proposta**. Se a Comarca possuir mais de um Cartório Distribuidor, deverá ser apresentada Certidão de todos os Cartórios Distribuidores existentes na Comarca. **Caso a participação no certame seja da filial, a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial deverá ser da filial e da matriz.**

11.14. Qualificação Técnica

a) No mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante já forneceu satisfatoriamente, objeto compatível com o desta licitação. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo: o nome da empresa/órgão contratante, o nome do responsável por sua emissão e telefone para contato, caso necessário. O Pregoeiro(a) poderá determinar qualquer diligência que entender necessária para verificar a autenticidade e legitimidade do atestado ou de qualquer documento que lhe suscitar dúvidas.

b) **ATESTADO**, em nome da licitante, pertinente e compatível em prazo e características com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através do qual fique comprovada a capacidade de fornecimento de no mínimo **10% (dez por cento)** da quantidade estimada:

c) **A empresa habilitada deverá apresentar juntamente com a amostra física uma declaração atestando a qualidade do material utilizado para confecção dos itens.**

• a) Admitir-se ao somatório dos quantitativos consignados em atestados que comprovem o fornecimento do objeto.

11.14.2 A critério da Administração poderá ser necessário diligenciar a pessoa jurídica indicada no ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, visando obter informações objetivas sobre o serviço prestado. Se for encontrada divergência entre o especificado nos ATESTADOS ou certificados de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a LICITANTE às penalidades legais cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

11.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.14.1. O tratamento favorecido previsto no subitem anterior somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

11.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate fctio, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for no caso descumprimento (art. 50, V, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93).

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.7. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

12.8. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

12.9. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

12.11. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos. **Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS** conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operações e prestações internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.

12.12. Por determinação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 1203/2013, para as empresas estabelecidas em Goiás que se enquadrem na situação do item 12.11, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. **O valor líquido será aquele registrado no sistema ComprasNet.GO**, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido.

12.13. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

1. Nome da empresa, CNPJ, endereço, fone/fax, n.º da conta corrente, Banco, n.º da agência, nome do responsável que assinará o contrato;
2. Para empresas estabelecidas em Goiás, deverá ser informado na Proposta se a empresa é contribuinte de ICMS e se é optante do SIMPLES
3. n.º do Pregão; n.º do item ou n.º do lote que se refere
4. Preço em Real, unitário e total, com no máximo duas casas decimais, no qual deverão estar inclusas todas as despesas que influam nos custos. No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso, prevalecerá esse último. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação como(a) Pregoeiro(a);
5. Descrição do objeto ofertado, com a quantidade licitada e com a **indicação da marca**, que deverá ser a mesma informada quando do cadastramento da proposta no [comprasnet.go](http://comprasnet.go.gov.br);
6. Prazo de validade da proposta de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será esse considerado;
7. Data e assinatura do responsável.
8. Indicação expressa do nome do signatário que assinará o contrato.

12.14. Caso julgue necessário, o Pregoeiro encaminhará a proposta comercial à unidade técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, para análise e manifestação quanto à aceitabilidade das especificações técnicas;

12.15. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar as informações prestadas pelo licitante em sua proposta e em eventuais documentos a ela anexados, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

12.16. O ônus da exequibilidade da proposta caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.

13. DA AMOSTRA

13.1. Após análise e aprovação das documentações de habilitação será exigido do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente amostra física dos materiais reportados no Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após encerramento da fase de lances, no endereço da Secretaria da Educação sito à Quinta Avenida, Quadra 71, n.º 300, Setor Leste Vila Nova, CEP 74643-030, Goiânia-GO, no horário e data agendados com o gestor do contrato, para a avaliação e verificação da compatibilidade com as especificações, por Comissão de Avaliação composta por 3 (três) servidores da SEDUC nomeados para este fim, para posteriormente aceitação da proposta para que não haja, portanto, o acondicionamento de objeto diverso e ocorra algum impedimento na entrega;

13.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, modelo, tamanho, quantidade e itens que compõe a embalagem;

13.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração, serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe responsável pela análise, bem como submetidos a testes que a unidade responsável entender necessário;

13.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

13.5. A Superintendência de Desporto Educacional, Arte e Educação, por meio da Gerência de Arte Educação, departamentos responsáveis pelo recebimento, deverão documentar nos autos, de imediato, o recebimento da amostra;

13.6. Será considerada aprovada a amostra que atender todos os critérios técnicos exigidas nas especificações constantes no item 5.5 e 6 do Termo de Referência;

13.7. Será rejeitada a amostra que:

1. Apresentar divergência em relação ao descritivo do Termo de Referência;
2. Apresentar problemas durante a análise;
3. For de qualidade inferior em relação às especificações solicitadas no Termo de Referência.

13.9. A licitante que tiver a amostra reprovada pela Comissão de Análise da Amostra terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor o recurso, e a área responsável deverá emitir uma reposta para empresa no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

13.10. Os parâmetros a serem utilizados para a análise será pela constatação das especificações técnicas contidas no descritivo do edital, quanto material e demais características do objeto, que deverá ser apresentada no prazo estabelecido.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema (art. 45, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso, conforme § 3º do Art. 45 do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

14.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 45, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 45, § 4º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14.5. Não serão conhecidas as intenções de recursos, razões e contrarrazões, interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo *chat*, por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo para o item que disser respeito.

14.7. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo Pregoeiro no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão.

14.8. A autoridade competente terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo esse prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail ou fax-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADFOR, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

16.1 Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, a Licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação.

16.1.1 Nos termos do art. 6º, inc. I, da Lei Estadual nº 19.754/17, para fins de assinatura do contrato será efetuada Consulta ao CADIN ESTADUAL – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, não podendo a empresa constar como incluída no mesmo.

16.2. Certidão negativa/positiva de penalidades (www.comprasnet.go.gov.br).

16.3. Homologada a licitação a licitante vencedora, será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, contados de sua convocação (que poderá ser realizada via fax, correio ou e-mail), podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado, nos termos do art. 64, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.4. A licitante vencedora deverá providenciar sua inscrição no Cadastro de Fornecedores – CADFOR no site www.comprasnet.go.gov.br, com a entrega dos documentos solicitados pelo setor competente nos termos da Instrução Normativa nº 004/2011-GS/SEGPLAN, como condição obrigatória para a sua contratação, e entregar o consequente Certificado de Registro Cadastral – CRC, no mesmo prazo para assinatura do contrato, nos termos do item 16.1 deste Edital.

16.4.1. Não havendo pendências documentais, o CADFOR homologará o cadastro no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação completa, excluindo-se o dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD.

16.4.2. Informações complementares para cadastro no CADFOR poderão ser obtidas por meio dos telefones (62) 3201-8752.

16.5. É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular ou não assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, cumpridas as exigências habilitatórias, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação de sanções, nos termos do art. 49, §2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

16.6. Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

16.7.A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o termo do contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação fora da validade da Ata de Registro de Preços..

16.8. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, a licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação. Se, por ocasião da assinatura do contrato e/ou emissão da nota de empenho, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Estadual, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.9. No momento da contratação e durante a vigência do ajuste, sempre que a Administração o requerer, a Contratada deverá apresentar relação de todos os sócios que compõem seu quadro social.

16.10. Para fins de assinatura do contrato, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a [Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN](#).

16.11. Para se cadastrar, o usuário externo deverá acessar o site: http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar.php e seguir todas as orientações ali dispostas.

16.12. A gestão do Sistema Eletrônico de Informações – SEI é realizado pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD. Para mais informações quanto ao cadastro, entrar em contato nos telefones (62) 3201-6507 / 3201-6555 / 3201-6565 ou e-mail: sei@sead.go.gov.br

17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro às licitantes vencedoras dos respectivos itens, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

17.2. A homologação da presente licitação compete a Secretária de Estado da Educação (art. 46 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

18. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

18.1. Do Local/Horário de Entrega:

18.1.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Setorial da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, na Av. Quinta Avenida, nº 212, quadra 71, Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO - CEP: 74.643-030, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00, mediante prévio agendamento junto ao Gerência de Patrimônio da SEDUC, pelos telefones: (62) 3220-9518, que comunicará a unidade demandante para que providenciem o acompanhamento da entrega. As entregas sem agendamento somente serão aceitas, excepcionalmente, desde que não prejudique os demais recebimentos agendados, a critério da SEDUC Goiás.

18.2. Do Prazo e Condições de Entrega:

18.2.1. Os objetos descritos no Termo deverão ser entregues ao CONTRATANTE conforme demanda de solicitação dos interessados;

18.2.2. O início do prazo será contado a partir da emissão da Nota de Fornecimento ou outro meio que o equipare;

18.2.3. O objeto contratado deverá ser entregue de forma integral e imediata, conforme quantidade e especificações pactuadas, após a emissão da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança no transporte;

18.2.4. Fica assegurado ao CONTRATANTE, o direito de rejeitar os objetos entregues em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, ficando o fornecedor obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 30 (trinta) dias;

18.2.5. Caso a substituição dos objetos não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

18.2.6. O aceite ou aprovação dos objetos pelo CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Pasta as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

18.3. Das Condições de Recebimento:

18.3.1. O recebimento do (s) material (is) se dará da seguinte forma:

a) Provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificações constantes no Termo de Referência e nesta proposta, mediante termo de recebimento provisório.

b) Definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

18.3.2. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

18.3.3. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e nesta proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

18.3.4. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga.

18.3.5. Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado de utilização; caso a mercadoria não se encontre mais disponível no mercado, o produto substituto deve ser de qualidade igual ou superior ao solicitado, nos itens 5.5 e 6. A substituição deverá ser autorizada pelo contratante.

18.3.6. Se a Contratada realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos agentes acima mencionados.

18.3.7. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto no Termo de Referência ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 77 c/c art. 78, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 87 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

18.3.8. Toda entrega que será feita sob demanda, será submetida a apreciação do produto para verificação se o mesmo esta conforme a aquisição, sendo assim, em qualquer das entregas, se for notada qualquer divergência do produto entregue, o mesmo poderá ser rejeitado, e notificada a empresa para que seja resolvida a falha;

18.3.9. Todos os materiais ofertados deverão atender à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes;

18.3.10. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante Nota Fiscal emitida pela Contratada e devidamente atestada pela Contratante, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019.

19. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

19.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, não estando sujeitos a atualização monetária.

20. DA GARANTIA

20.1 Todos os materiais ofertados deverão atender à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratado relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

20.2. Sendo evidenciado defeito em prazo igual ou inferior a 7 (sete) dias corridos, o bem deverá ser substituído pelo contratado, no prazo de até 15 dias úteis, por outro bem, novo, sem uso.

20.3. O prazo de substituição dos materiais adquiridos ou de suas peças que apresentarem defeitos, durante o prazo de garantia, deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, inclusive se encontrados defeitos ou desconformidades com as especificações descritas nesta requisição, no ato da entrega.

20.4. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelo produto e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda da Assistência Técnica credenciada, arcando com quaisquer danos.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas neste Edital. O prazo da convocação poderá ser prorrogado, a critério da administração, quando solicitado pelo licitante vencedor do certame durante o transcurso do referido prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão Gerenciador.

21.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, não sendo admitida qualquer prorrogação além de 01 (um) ano, em obediência a Lei Estadual nº. 17.928/2012.

21.2.1 Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

22. DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1 Será registrado o valor do licitante vencedor, observando-se o seguinte:

a) o preço registrado e a indicação do respectivo fornecedor serão divulgados em órgão oficial do Estado e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item.

22.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que comprovada previamente a vantagem técnico-econômica. Assegura-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em caso de igualdade de condições, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta, tantas vezes quantas necessitar a Administração.

22.3. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a [Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN](#).

23. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, mediante justificativa da autoridade competente, exceto quanto aos acréscimos de quantitativos, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 quanto aos limites quantitativos para alterações contratuais.

23.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

23.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao valor praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

23.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, em razão desse fato, comprovar a sua impossibilidade de cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

23.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

24.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) estiverem presentes razões de interesse público devidamente justificadas;

e) por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

24.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item 24.1 acima, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

24.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

24.4 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

a) por decurso de prazo de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) inexistência de saldo remanescente.

25. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência de 12 (doze) meses contado a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás. Poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

25.2 Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora, para que esta autorize a sua utilização e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

25.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.

25.4 A liberação da participação na Ata de Registro de Preço resultante de licitações promovidas pelo Estado de Goiás, para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder, na sua totalidade, a 100 (cem) por cento dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços.

25.5 A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelos adjudicatários, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata e do Contrato.

26. DO CADASTRO NO SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO

26.1. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN.

26.2. O usuário a ser cadastrado será aquele que assinará a Ata de Registro de Preços e os contratos, e, portanto, deverá possuir poderes de representação para tal fim.

26.3. Para se cadastrar, o “usuário externo” deverá acessar o site sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar e seguir todas as orientações ali dispostas.

26.4. A gestão do Sistema Eletrônico de Informações é realizada pela Secretaria de Estado de Administração – SEAD. Maiores informações quanto ao cadastro poderão ser obtidas nos telefones (62) 3201-5723/5727 ou e-mail sei@goias.gov.br.

27. DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1 Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

27.2 Como condição para formalização da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

27.3 A recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita ao licitante que se negar a assinar a Ata de Registro de Preços fora da validade de suas propostas.

27.4 Se o licitante vencedor não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo ao registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

27.5 Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

28. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

28.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

29. DO REAJUSTE DE PREÇOS

29.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

29.2. Após a celebração do contrato, se já transcorrido o período de 12 (doze) meses da vigência da ata, o valor poderá ser reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P0 \times [(IPCA_n / IPCA0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P0 = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA0 = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

30. DA RESCISÃO CONTRATUAL

30.1. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE ou bilateralmente por mútuo acordo entre as partes, atendida sempre a conveniência administrativa.

30.2. De acordo com o art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, são motivos de rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – O atraso injustificado no início do fornecimento;

V – A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

XIV – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva a execução do contrato;

XVIII – Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

Parágrafo único: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

31. DO PAGAMENTO

31.1. Após a entrega dos bens ou prestação dos serviços, a contratada deverá protocolizar a Nota Fiscal/Fatura correspondente na Secretaria de Estado da Educação.

31.2. Deverá ser indicado, no corpo da Nota Fiscal ou Fatura, o número do processo de contratação da SEDUC a que se refere, para facilitar a remessa do documento para atestação pelo Gestor.

31.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

31.4. Os pagamentos somente serão efetuados por meio de crédito em conta-corrente ou conta-poupança da Contratada na Caixa Econômica Federal – CEF, que é a Instituição Bancária contratada pelo Estado de Goiás para centralizar a sua movimentação financeira, nos termos do art. 4º da Lei Estadual n.º 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

31.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 31.3 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

31.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

31.7. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a SEDUC efetuará as devidas retenções nos pagamentos.

31.8. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365) \text{ onde:}$$

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

31.9. Para a emissão da Nota Fiscal/Fatura, o número do CNPJ da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO É 01.409.705/0001-20.

32. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

32.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto correção à conta dos recursos consignados no orçamento dos órgãos e Entidades participantes do Registro de Preços, para os exercícios pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

33. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I- não assinar o contrato;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

33.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

33.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

33.4. As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

33.5. As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

33.6. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

33.7. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

33.8. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

34. DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

34.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

35. DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

35. 1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

36 - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

36.1. O Programa de Integridade, criado pela Lei Estadual nº. 20.489/2019, deve ser implantado pela contratada e consistirá no conjunto de mecanismos e procedimentos internos e integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás.

Parágrafo Primeiro: O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

Parágrafo Segundo: O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos;

II - treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade;

III - análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;

IV - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

V - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;

VI - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

VII - independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;

VIII - canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;

IX - medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;

X - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XI - ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

Parágrafo Terceiro: Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa ao poder público.

Parágrafo Quarto: A pessoa jurídica deverá expor suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

Parágrafo Quinto: A comprovação deve abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela do computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordem de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

Parágrafo Sexto: A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins de avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será considerado para fim de cumprimento desta Lei.

Parágrafo Sétimo: Pelo o descumprimento da exigência prevista nesta Lei, a administração pública do Estado de Goiás, em cada esfera do Poder, aplicará à empresa contratada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato.

Parágrafo Oitavo: O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Nono: O cumprimento da exigência estabelecida nesta Lei, mediante atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade, fará cessar a aplicação da multa.

Parágrafo Décimo: O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implicará indébito da multa aplicada.

Parágrafo Décimo Primeiro: A multa definida no caput não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Estado de Goiás.

Parágrafo Décimo Segundo: O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa para rescisão contratual, com incidência cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo período de 02 (dois) anos ou até efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

37. DISPOSIÇÕES GERAIS

37.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

37.2 O Registro de Preços poderá ser cancelado, por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado, conforme determinação do Art. 9º, inciso XII do Decreto Estadual nº 7.437/2011.

37.3 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

37.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

37.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

37.6. As licitantes deverão acessar diariamente o site www.comprasnet.gov.br a fim de tomar ciência dos comunicados de eventuais alterações no Edital e informações sobre o andamento da realização da sessão do Pregão.

37.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

37.8. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como não importem em vantagem a uma ou mais licitantes em detrimento das demais.

37.9. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do preço ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

37.10. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

37.11. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

37.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SEDUC.

37.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou da execução do objeto licitado.

37.14. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato e execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

37.15. A SEDUC reserva-se o direito de alterar as condições deste Edital e reabrir prazo para apresentação de propostas, quando a alteração afetar a formulação da proposta.

37.16. A Secretária de Estado da Educação compete ANULAR este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e REVOGAR o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado (art. 51 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

37.17. A anulação do Pregão induz à do contrato.

37.18. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (art. 51, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

37.19. Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a SEDUC comunicará os fatos verificados à Procuradoria Geral do Estado – PGE e ao Ministério Público Estadual, para as providências devidas.

37.20. Para as questões resultantes deste instrumento, fica eleito o foro de Goiânia-GO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

38. ANEXOS

38.1. São partes integrantes deste Edital, os anexos seguintes:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Minuta do Contrato

ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO V – Relação de Documentos que poderão ser substituídos pela apresentação Certificado de Registro Cadastral – CRC

Goiânia, 25 de agosto de 2022.

Elisa Gonçalves Pereira Caixeta

Pregoeiro(a) SEDUC/GO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência, a ser realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, mediante o **Sistema de Registro de Preços**, para futura e eventual aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no que tange à disponibilização de uniformes para bandas e fanfarras às escolas da rede pública estadual de ensino, subsidiando o Projeto Arte Educa, entre outras ações.

2. JUSTIFICATIVA/ FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Com o objetivo fomentar atividades artísticas variadas que promovam e resgatem a cultura, as tradições goianas, os saberes expressivos em arte, em suas diversas linguagens, no Sistema Educativo do Estado de Goiás, a Secretária de Estado da Educação de Goiás, formaliza para futura aquisição de uniformes para as Bandas e Fanfarras, do Projeto Arte Educa. Esta ação reconhece e reforça a importância e a necessidade destes saberes e fazeres na formação dos estudantes da Educação Básica, cumprindo, assim, sua perspectiva de educação integral.

O Projeto Arte Educa tem como objetivo promover a cultura da formação artística e estética dos estudantes em uma perspectiva de inclusão e transformação social, buscando a melhoria da qualidade da educação, a fim de tornar e manter o estado de Goiás como referência nacional na arte/educação e na melhoria do IDEB.

Dessa maneira, o Projeto compreende as artes como experiências que ampliam a percepção dos estudantes sobre eles mesmos, os outros e a vida e que elas são conhecimentos que possibilitam a expressão e a comunicação de emoções e ideias, pensamentos e sentimentos, portanto, valoriza e incentiva a interação e a apropriação com/das linguagens e/ou expressões artísticas.

A Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de n. 9394 de 1996; a Resolução de n. 2, de 10 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata, especificamente, da música na escola; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, e o Documento Curricular para Goiás (DCGO) - Ampliado (2020) e para o Ensino Médio; a Lei nº 19.335, de 09 de junho de 2016, que institui o Dia Estadual em Comemoração ao Movimento de Bandas e Fanfarras e, ainda, o Plano Estadual de Educação (PEE), de 2015, fundamentam as ações artísticas na SEDUC.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), de n. 9394 de 1996, em seu artigo 26, § 2º, o ensino da Arte é considerado um “componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica” (BRASIL, 1996, s/p). Sua obrigatoriedade consiste, sobretudo, em “promover o desenvolvimento cultural dos [estudantes]” (Idem), em diferentes momentos curriculares.

No que se refere ao ensino de música, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em Resolução de n. 2, de 10 de maio de 2016, orienta as Secretarias de Educação e as escolas e docentes quanto a operacionalização do ensino de Música, na Educação Básica, conforme definido pela Lei nº 11.769/2008. Especificamente no Artigo 1º, fica evidenciado a necessidade de

I - incluir o ensino de Música nos seus projetos político-pedagógicos como conteúdo curricular obrigatório, tratado de diferentes modos em seus tempos e espaços educativos;

II - criar ou adequar tempos e espaços para o ensino de Música, sem prejuízo das outras linguagens artísticas;

III - realizar atividades musicais para todos os seus estudantes, preferencialmente, com a participação dos demais membros que compõem a comunidade escolar e local;

IV - organizar seus quadros de profissionais da educação com professores licenciados em Música, incorporando a contribuição dos mestres de saberes musicais, bem como de outros profissionais vocacionados à prática de ensino;

Assegurando a obrigatoriedade da educação da arte, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, e o Documento Curricular para Goiás - Ampliado (DCGO Ampliado), de 2020, incluíram em suas estruturas, tanto orientações quanto aprendizagens essenciais/conteúdos importantes e necessários para as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro sejam experienciados e apropriados por todos os estudantes, de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, no território brasileiro/goiano.

No DCGO Ampliado, ponderações indicam que o currículo gera demandas diversas para que seja materializado nos contextos educacionais. Entre elas, a aquisição de “materiais específicos, apropriados às artes, e recursos tecnológicos variados” (GOIÁS, 2020, p. 150). Estas, são algumas demandas, talvez as mais urgentes, que devem ser observadas e asseguradas pelas Secretarias e instituições educacionais.

No Estado de Goiás, instituiu-se o dia Estadual em Comemoração ao Movimento de Bandas e Fanfarras, mediante Lei nº 19.335, de 09 de junho de 2016. No texto da Lei, os termos são expostos:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual em Comemoração ao Movimento de Bandas e Fanfarras, a ser comemorado, anualmente, no dia 4 de abril.

Art. 2º O Dia Estadual em Comemoração ao Movimento de Bandas e Fanfarras tem por objetivo divulgar, conscientizar, resgatar e valorizar a memória musical das bandas e fanfarras no Estado de Goiás.

Art. 3º Os órgãos da Administração Pública direta e indireta que tenham dentre suas atribuições o fomento de atividades culturais poderão realizar ações, inclusive conjuntamente, para comemorar o dia de que trata esta Lei, homenageando o movimento de bandas e fanfarras no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Os órgãos de que trata o caput deste artigo poderão manter mapeamento das bandas e fanfarras existentes no Estado de Goiás.

Art. 4º O dia instituído por esta Lei terá periodicidade anual e fica incluído no Calendário Oficial do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Neste sentido, a formalização desse Processo de aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres torna-se fundamental e indispensável para o excelente desenvolvimento dos processos educativos em Arte/Música na modalidade Bandas e Fanfarras, praticados nas instituições educacionais da Rede Estadual de Educação de Goiás, inclusive, por atender aos princípios de igualdade e equidade indicados pela Constituição Federal de 1988, bem como seus Artigos 205, 206, 208, 216.

Ainda, o Plano Estadual de Educação (PEE), de 2015, propõe, entre várias ações, criar estratégias para a *Universalização do atendimento escolar*; a *Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação*; a *Construção do padrão da qualidade social da educação*; o *Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto Estadual –PIB–, que assegure atendimento às necessidades de sua expansão, com padrão de qualidade* (GOIÁS, 2015, p. 02). Assim, o Plano estabeleceu 21 Metas e dezenas de Estratégias para que suas ações sejam alcançadas e praticadas em todo o sistema educacional goiano. No caso desse Processo, as Metas e Estratégias citadas a seguir, afinam com as intenções em prover as escolas de materiais pedagógicos e artísticos, mais especificamente, os uniformes para as Bandas e Fanfarras.

As Metas e Estratégias selecionadas são:

- Meta 2 (Estratégias: 2.8, 2.13, 2.15, 2.17, 2.18)
- Meta 3 (Estratégias: 3.2, 3.3)
- Meta 4 (Estratégias: 4.6, 4.9, 4.12, 4.13)
- Meta 5 (Estratégia: 5.2, 5.3, 5.4, 5.6, 5.7, 5.9, 5.11, 5.13)
- Meta 9 (Estratégias: 9.6, 9.13)
- Meta 11 (Estratégias: 11.5)

Os componentes curriculares contribuem com a educação integral dos estudantes por oferecer-lhes saberes e fazeres específicos e especializados do universo humano. Assim, os conhecimentos artísticos relacionados à Arte/Música, em especial as Bandas e Fanfarras são constituídos por materialidades não verbais, sensíveis e sonoras que devem levar em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva. Nessa direção, a Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura. A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade (BRASIL, 2017, p. 198).

No que diz respeito a esse Processo de aquisição de uniformes para as apresentações das Bandas e Fanfarras, estes fazem-se necessários por sua natureza cultural e histórica de aproximação com os universos das festas populares, tais como as Congadas, as Folias de Reis, os Moçambiques, bem como com as corporações militares. Ou seja, para esse universo específico do ensino de Música, o uniforme tem grande valor simbólico para o grupo e representa um admirável elemento ritual, que habilita seu reconhecimento social, conforme afirma Santiago, 1992.

Ainda, as apresentações em desfiles cívicos ou em festivais e campeonatos nacionais, estaduais e municipais estão submetidas à regulamentação específica. Via de regra, o objetivo principal é promover intercâmbios entre os estudantes, mediante competições ou não, aprimoramento métodos e técnicas artísticas, bem como o espírito de corporação, de autodisciplina e civismo, imprescindíveis à formação do ensino de música para Bandas e Fanfarras e à educação integral.

Por exemplo, no Regulamento do XXVI Campeonato Nacional de Bandas e Fanfarras, promovido pela Confederação Nacional de Bandas e Fanfarras (CNBF), mais especificamente no Art. 26, quanto ao aspecto *apresentação das corporações musicais*, serão avaliados os itens específicos do conjunto e de cada componente quanto a

I - Uniformidade: avalia-se a uniformidade e a conservação da indumentária no conjunto e nos detalhes, tais como: calças, túnicas, cintos, talabartes bem cuidados e ajustados, calçados e polainas, não sendo levado em conta o luxo dos uniformes;

II - Instrumental: avalia-se a disposição e a conservação dos instrumentos;

Diante do exposto, conjunto de calças e túnicas, botas, sapatos, quepes, bandeiras entre outros, se fazem necessários e urgentes. Principalmente porque as Bandas e Fanfarras das escolas estaduais encontram, em sua maioria, carentes de reposição dos materiais acima citados e buscam prepararem-se para o Festival Arte Educativo de Goiás (FAEGO), evento organizado pela Superintendência de Desporto Educacional, Arte e Educação/Seduc que acontece anualmente.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, não estando sujeitos à atualização monetária.

4. DAS QUANTIDADES

Neste processo, projeta-se a aquisição de uma demanda de 26 itens divididos em Ampla Concorrência e Cota ME/EPP, sendo do item 1 ao 8 a aquisição será realizada por conjunto, para que não ocorra diferenças na confecção e materiais utilizados, conforme apresentado no quadro a seguir.

Os quantitativos apresentados foram definidos pela Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação, com base no quantitativos de unidades escolares pertencentes à rede Estadual de Educação que desenvolvem o Projeto Arte Educa, de acordo com o número de componentes de cada banda escolar e de acordo com as planilhas anexas a este instrumento.

Os itens adquiridos fomentarão o trabalho desenvolvido nas unidades escolares que possuem bandas em suas diversas classificações: banda marcial, banda musical, banda de percussão e fanfarras, observando ainda que dentro dessas corporações existem grupos que executam diferentes funções, como por exemplo o Corpo Musical e Linha de Frente. O corpo musical é constituído por todos os alunos que portam e tocam instrumentos musicais e a linha de frente, subdividindo-se em: Pelotão Cívico, composto por Porta-Estandarte, Porta Bandeiras e Guardas de Honra, e portam adereços como o estandarte, que consiste na identificação visual da unidade escolar mostrada em desfiles cívicos e apresentações, bem como as bandeiras (Nacional, Estadual e Municipal) e elementos decorativos; Corpo Coreográfico composto por estudantes que desenvolvem coreografias coletivas especialmente desenvolvidas para cada uma das músicas executadas pelo Corpo Musical, utilizando – ou não – adereços como bastões, arcos, bandeirolas, etc; e também a Baliza (ou Balizador) que realizam coreografias individuais com elementos da ginástica rítmica desportiva e da ginástica olímpica e ainda o Mor, que conduz a corporação musical quando a mesma está em deslocamento.

5. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. As especificações e quantidades estimadas foram definidas pela Unidade solicitante com base no quantitativo de participantes previsto em cada evento a ser realizado pelas respectivas unidades jurisdicionadas a Superintendência de Desporto Educacional, Arte e Educação.

5.2. Para efeito de julgamento no Pregão Eletrônico, o critério deverá ser “ **MENOR PREÇO POR ITEM** ”, conforme quantidades estimadas, definida na Tabela abaixo com Estimativa de Preço estabelecida nos termos do Decreto nº 9.900, de 07 de julho de 2021.

5.3. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESAS (MEs) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPs) – CONFORME O DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006 E LEI ESTADUAL 17.928 DE 2012. Se o referencial de preço for igual ou inferior a R\$ 80.000,00, a 1ª licitação será disputada exclusivamente por MEs e EPPs, nos termos do art. 48, inc. I, da Lei Complementar n.º 123/2006.

5.4. Os tamanhos, cores do tecido e modelos das peças a serem confeccionadas, numeração e modelos dos calçados a serem adquiridos, serão definidos pela Superintendência de Desporto Educacional, Arte e Educação, unidade solicitante da demanda, no momento do processo de aquisição dos itens, conforme estimativa constante nas planilhas anexas a este Termo de Referência.

5.5. O objeto é composto por itens diversos, conforme planilha com as especificações e quantitativos definidas pela unidade solicitante - Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação/Gerência de Arte e Educação, conforme tabela abaixo:

Item	Unid.	Quant.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Conj.	7.838	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Conjunto para corpo musical e mor em modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica Spencer, confeccionada em tecido Oxford composto de 100% de poliéster, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretelas, sem franjas, gola tipo padre em tecido duplo com aplicação, abertura na parte traseira com zíper, braceletes removíveis em tecidos duplos e botões no mesmo padrão da túnica, em combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Tamanhos PP 419, P 1359, M 3343, G 3343, GG 1358 e EXG 628.</p> <p>Macacão com alças reguláveis e fivelas de metal, adornada com galão lateral, em cor única a ser definida pela unidade escolar. PP 419, P 1359, M 3343, G 3343, GG 1358 e EXG 628.</p> <p>Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal.</p>	R\$ 577,33	R\$ 4.525.112,54
02	Conj.	2.612	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Conjunto para corpo musical e mor em modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica Spencer, confeccionada em tecido Oxford composto de 100% de poliéster, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretelas, sem franjas, gola tipo padre em tecido duplo com aplicação, abertura na parte traseira com zíper, braceletes removíveis em tecidos duplos e botões no mesmo padrão da túnica, em combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Tamanhos PP 419, P 1359, M 3343, G 3343, GG 1358 e EXG 628.</p> <p>Macacão com alças reguláveis e fivelas de metal, adornada com galão lateral, em cor única a ser definida pela unidade escolar. PP 419, P 1359, M 3343, G 3343, GG 1358 e EXG 628.</p> <p>Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal.</p>	R\$ 577,33	R\$ 1.507.985,96
03	Conj.	1.994	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Conjunto para corpo coreográfico, modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica Spencer, confeccionada em tecido Oxford composto de 100% de poliéster, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretelas, sem franjas, gola tipo padre em tecido duplo com aplicação, abertura na parte traseira com zíper, braceletes removíveis em tecidos duplos e botões no mesmo padrão da túnica, em combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Short-saia Botão e zíper frontal ou lateral. Adornado com galão na lateral e na barra em combinação de cores variadas a serem definidas pela unidade escolar, liso ou bordado na parte frontal com pedrarias, miçangas, paetês, lantejoulas, canutilhos, vidrilhos e galões. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Collant em suplex, cavado, monocolor. Cor a definir. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p>	R\$ 577,33	R\$ 1.151.196,02
04	Conj.	665	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Conjunto para corpo coreográfico, modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica Spencer, confeccionada em tecido Oxford composto de 100% de poliéster, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretelas, sem franjas, gola tipo padre em tecido duplo com aplicação, abertura na parte traseira com zíper, braceletes removíveis em tecidos duplos e botões no mesmo padrão da túnica, em combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Short-saia Botão e zíper frontal ou lateral. Adornado com galão na lateral e na barra em combinação de cores variadas a serem definidas pela unidade escolar, liso ou bordado na parte frontal com pedrarias, miçangas, paetês, lantejoulas, canutilhos, vidrilhos e galões. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Collant em suplex, cavado, monocolor. Cor a definir. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p>	R\$ 577,33	R\$ 383.924,45
05	Conj.	1.994	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Conjunto para corpo coreográfico, modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica Spencer, confeccionada em tecido Oxford composto de 100% de poliéster, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretelas, sem franjas, gola tipo padre em tecido duplo com aplicação, abertura na parte traseira com zíper, braceletes removíveis em tecidos duplos e botões no mesmo padrão da túnica, em combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Saia confeccionada em tecido Oxford, composto de 100% poliéster, Botão e zíper lateral. Adornado com galão na lateral e na barra, em combinação de cores variadas a serem definidas pela unidade escolar, lisa ou bordada na parte frontal com pedrarias, miçangas, paetês, lantejoulas, canutilhos, vidrilhos e galões. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Collant em suplex, cavado, monocolor. Cor a definir. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p>	R\$ 577,33	R\$ 1.151.196,02
06	Conj.	665	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Conjunto para corpo coreográfico, modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica Spencer, confeccionada em tecido Oxford composto de 100% de poliéster, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretelas, sem franjas, gola tipo padre em tecido duplo com aplicação, abertura na parte traseira com zíper, braceletes removíveis em tecidos duplos e botões no mesmo padrão da túnica, em</p>	R\$ 577,33	R\$ 383.924,45

			<p>combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Saiá confeccionada em tecido Oxford, composto de 100% poliéster, Botão e zíper lateral. Adornado com galão na lateral e na barra, em combinação de cores variadas a serem definidas pela unidade escolar, lisa ou bordada na parte frontal com pedrarias, miçangas, paetês, lantejoulas, canutilhos, vidrilhos e galões. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p> <p>Collant em suplex, cavado, monocolor. Cor a definir. Tamanhos PP 106, P 345, M 854, G 850, GG 345 e EXG 159.</p>		
07	Conj.	2.171	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Conjunto para Pelotão Cívico, modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica média</p> <p>Confeccionada em Oxford composto de 100% de poliéster ornada com galão metalizado, em combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretela com ou sem franjas, gola e punho em tecido duplo com aplicação, abertura na parte frontal com botões, combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Tamanhos PP 116, P 376, M 926, G 926, GG 376 e EXG 174. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal.</p> <p>Calça monocolor em suplex. Cós de elástico. Cor a definir. Tamanhos PP 116, P 376, M 926, G 926, GG 376 e EXG 174.</p> <p>Collant em suplex, cavado, monocolor. Cor a definir. Tamanhos PP 116, P 376, M 926, G 926, GG 376 e EXG 174.</p>	R\$ 438,33	R\$ 951.614,43
08	Conj.	723	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Conjunto para Pelotão Cívico, modelo a combinar com a unidade escolar contemplada, dentro dos padrões estabelecidos, composto por:</p> <p>Túnica média</p> <p>Confeccionada em Oxford composto de 100% de poliéster ornada com galão metalizado, em combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar, ornada com galão metalizado, botões frontais, dragonas em tecido duplo com entretela com ou sem franjas, gola e punho em tecido duplo com aplicação, abertura na parte frontal com botões, combinação de cores variadas, definidas pela unidade escolar. Tamanhos PP 116, P 376, M 926, G 926, GG 376 e EXG 174. Deve vir acondicionada em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal.</p> <p>Calça monocolor em suplex. Cós de elástico. Cor a definir. Tamanhos PP 116, P 376, M 926, G 926, GG 376 e EXG 174.</p> <p>Collant em suplex, cavado, monocolor. Cor a definir. Tamanhos PP 116, P 376, M 926, G 926, GG 376 e EXG 174.</p>	R\$ 438,33	R\$ 316.912,59
09	Unid.	284	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Vestido De Baliza</p> <p>Vestido confeccionado em cerrê com 85% de poliamida e 15% de elastano, em cor a ser definida pela unidade escolar. Com bordados em pedrarias, miçangas, paetês, lantejoulas, canutilhos, vidrilhos e galões. Deve vir acondicionado em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Cores a definir. Tamanhos PP 16, P 49, M 121, G 121, GG 49 e EXG 23.</p>	R\$ 228,47	R\$ 64.885,48
10	Unid.	95	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Vestido De Baliza</p> <p>Vestido confeccionado em cerrê com 85% de poliamida e 15% de elastano, em cor a ser definida pela unidade escolar. Com bordados em pedrarias, miçangas, paetês, lantejoulas, canutilhos, vidrilhos e galões. Deve vir acondicionado em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Cores a definir. Tamanhos PP 16, P 49, M 121, G 121, GG 49 e EXG 23.</p>	R\$ 228,47	R\$ 21.704,65
11	Unid.	189	<p>Macacão de baliza masculino</p> <p>Macacão com 85% de poliamida e 15% de elastano, em cor a ser definida pela unidade escolar Com bordados em pedrarias, miçangas, paetês, lantejoulas, canutilhos, vidrilhos e galões. Deve vir acondicionado em capa porta-terno, de polietileno com zíper frontal. Tamanhos PP 8, P 25, M 60, G 60, GG 25 e EXG 11.</p>	R\$ 199,97	R\$ 37.794,33
12	Par	7.838	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Bota para corpo musical e mor</p> <p>Bota cano curto, com zíper lateral, forrada internamente, modelo clássico, em couro sintético, com salto rebaixado na parte traseira (estilo "DrumCorp"), solado microporoso antiderrapante. Cor a definir. Tamanho 34 a 44, nas seguintes proporções: Tamanho 34, 104 pares; Tamanho 35, 210 pares; Tamanho 36, 523 pares; Tamanho 37, 1045 pares; Tamanho 38, 1149 pares; Tamanho 39, 1672 pares; Tamanho 40, 1776 pares; Tamanho 41, 1672 pares; Tamanho 42, 1672 pares; Tamanho 43, 418 pares; Tamanho 44, 209 pares. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão.</p>	R\$ 141,53	R\$ 1.109.312,14
13	Par	2.612	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Bota para corpo musical e mor</p> <p>Bota cano curto, com zíper lateral, forrada internamente, modelo clássico, em couro sintético, com salto rebaixado na parte traseira (estilo "DrumCorp"), solado microporoso antiderrapante. Cor a definir. Tamanho 34 a 44, nas seguintes proporções: Tamanho 34, 104 pares; Tamanho 35, 210 pares; Tamanho 36, 523 pares; Tamanho 37, 1045 pares; Tamanho 38, 1149 pares; Tamanho 39, 1672 pares; Tamanho 40, 1776 pares; Tamanho 41, 1672 pares; Tamanho 42, 1672 pares; Tamanho 43, 418 pares; Tamanho 44, 209 pares. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão.</p>	R\$ 141,53	R\$ 369.676,36
14	Par	6.139	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Bota para corpo coreográfico e pelotão cívico</p> <p>Bota cano longo, salto 2,5 cm, quadrado, com zíper lateral, forrada internamente, modelo clássico, em couro sintético. Cor a definir. Tamanho 34 a 44. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão. Tamanho 34, 82 pares; Tamanho 35, 164 pares; Tamanho 36, 491 pares; Tamanho 37, 1.473 pares; Tamanho 38, 1.637 pares; Tamanho 39, 1.555 pares; Tamanho 40, 982 pares; Tamanho 41, 655 pares; Tamanho 42, 655 pares; Tamanho 43, 327 pares; Tamanho 44, 164 pares.</p>	R\$ 172,33	R\$ 1.057.933,87
15	Par	2.046	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Bota para corpo coreográfico e pelotão cívico</p> <p>Bota cano longo, salto 2,5 cm, quadrado, com zíper lateral, forrada internamente, modelo clássico, em couro sintético. Cor a definir. Tamanho 34 a 44. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão. Tamanho 34, 82 pares; Tamanho 35, 164 pares; Tamanho 36, 491 pares; Tamanho 37, 1.473 pares; Tamanho 38, 1.637 pares; Tamanho 39, 1.555 pares; Tamanho 40, 982 pares; Tamanho 41, 655 pares; Tamanho 42, 655 pares; Tamanho 43, 327 pares; Tamanho 44, 164 pares.</p>	R\$ 172,33	R\$ 352.587,18
16	Par	569	<p>Bota para baliza</p> <p>Bota cano curto, com zíper lateral e cadarço frontal, forrada internamente, modelo clássico, em couro sintético, com salto rebaixado na parte traseira, solado microporoso antiderrapante. Cor a definir. Tamanho 34 a 44. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão. Tamanho 34, 6 pares; Tamanho 35, 11 pares; Tamanho 36, 35 pares; Tamanho 37, 103 pares; Tamanho 38, 113 pares; Tamanho 39, 108 pares; Tamanho 40, 68 pares; Tamanho 41, 46 pares; Tamanho 42, 46 pares; Tamanho 43, 22 pares; Tamanho 44, 11 pares.</p>	R\$ 137,77	R\$ 78.391,13
17	Unid.	7.838	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Quepe para corpo musical e mor</p> <p>Quepe em PVC rígido, 2mm de espessura, coberto com napa. Aba em PVC, recoberta com verniz de alto brilho, na cor branca. Acabamento com perfis dourados. Carneira com regulagem. Cores a definir. Tamanhos P, 1045 unidades; M, 4703 unidades e G 4702. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão.</p>	R\$ 103,90	R\$ 814.368,20
18	Unid.	2.612	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Quepe para corpo musical e mor</p> <p>Quepe em PVC rígido, 2mm de espessura, coberto com napa. Aba em PVC, recoberta com verniz de alto brilho, na cor branca. Acabamento com perfis dourados. Carneira com regulagem. Cores a definir. Tamanhos P, 1045 unidades; M, 4703 unidades e G 4702. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão.</p>	R\$ 103,90	R\$ 271.386,80
19	Unid.	6.566	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Casquete para corpo coreográfico, pelotão cívico e baliza</p> <p>Casquete em PVC rígido, 2mm de espessura, coberto com veludo. Com estola. Aba em PVC, recoberta com verniz de alto brilho branco. Acabamento com perfis dourados. Carneira com regulagem. Cores a definir. Tamanhos P, 1752 unidades; M, 3501 unidades e G 3501 unidades. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão.</p>	R\$ 143,33	R\$ 941.104,78
20	Unid.	2.188	<p>COTA ME E EPP</p> <p>Casquete para corpo coreográfico, pelotão cívico e baliza</p> <p>Casquete em PVC rígido, 2mm de espessura, coberto com veludo. Com estola. Aba em PVC, recoberta com verniz de alto brilho branco. Acabamento com perfis dourados. Carneira com regulagem. Cores a definir. Tamanhos P, 1752 unidades; M, 3501 unidades e G 3501 unidades. Deve vir acondicionada em saco protetor de TNT com visor e fechamento em cordão.</p>	R\$ 143,33	R\$ 313.606,04

21	Unid.	434	AMPLA CONCORRÊNCIA Bandeira do Brasil - Aplicação para uso externo; Confeccionada em nylon 100% poliéster, sistema de saco em sublimação digitalizada; Aplicação do brasão na frente e no verso; Tamanho: 3 panos (135 cm x 193 cm) +/- 2%. Confeccionada em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência e malha bloqueada indesmalhável; Dotada de ilhós de latão para fixação no mastro; Área de fixação dos ilhós deverá ser reforçada com bainha em tecido branco; A Bandeira deverá estar de acordo com as exigências da Lei nº 5.700/1971; Não pode haver falhas de acabamento, principalmente nas costuras; Bandeira deverá ser entregue dobrada e individualmente empacotada.	R\$ 149,93	R\$ 65.069,62
22	Unid.	145	COTA ME E EPP Bandeira do Brasil - Aplicação para uso externo; Confeccionada em nylon 100% poliéster, sistema de saco em sublimação digitalizada; Aplicação do brasão na frente e no verso; Tamanho: 3 panos (135 cm x 193 cm) +/- 2%. Confeccionada em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência e malha bloqueada indesmalhável; Dotada de ilhós de latão para fixação no mastro; Área de fixação dos ilhós deverá ser reforçada com bainha em tecido branco; A Bandeira deverá estar de acordo com as exigências da Lei nº 5.700/1971; Não pode haver falhas de acabamento, principalmente nas costuras; Bandeira deverá ser entregue dobrada e individualmente empacotada.	R\$ 149,93	R\$ 21.739,85
23	Unid.	434	AMPLA CONCORRÊNCIA Bandeira do Estado de Goiás - Aplicação para uso externo; Confeccionada em nylon 100% poliéster, sistema de saco em sublimação digitalizada; Aplicação do brasão na frente e no verso; Tamanho: 3 panos (135 cm x 193 cm) +/- 2%. Confeccionada em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência e malha bloqueada indesmalhável; Dotada de ilhós de latão para fixação no mastro; Área de fixação dos ilhós deverá ser reforçada com bainha em tecido branco; A Bandeira deverá estar de acordo com as exigências da Lei nº 5.700/1971; Não pode haver falhas de acabamento, principalmente nas costuras; Bandeira deverá ser entregue dobrada e individualmente empacotada.	R\$ 154,32	R\$ 66.974,88
24	Unid.	145	COTA ME E EPP Bandeira do Estado de Goiás - Aplicação para uso externo; Confeccionada em nylon 100% poliéster, sistema de saco em sublimação digitalizada; Aplicação do brasão na frente e no verso; Tamanho: 3 panos (135 cm x 193 cm) +/- 2%. Confeccionada em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência e malha bloqueada indesmalhável; Dotada de ilhós de latão para fixação no mastro; Área de fixação dos ilhós deverá ser reforçada com bainha em tecido branco; A Bandeira deverá estar de acordo com as exigências da Lei nº 5.700/1971; Não pode haver falhas de acabamento, principalmente nas costuras; Bandeira deverá ser entregue dobrada e individualmente empacotada.	R\$ 154,32	R\$ 22.376,40
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 15.980.778,17

ÓRGÃOS PARTÍCIPES		
ITENS DO PROCESSO	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
21	379	200
23	379	200
TOTAL	758	400
TOTAL GERAL		1.158

6. INFORMAÇÕES TÉCNICAS DOS UNIFORMES (CROQUIS)

Croqui - 1 - TÚNICA SPENCER (cores meramente ilustrativas)



Croqui - 2 - TÚNICA SPENCER (cores meramente ilustrativas)



Croqui - 3 - TÚNICA SPENCER (cores meramente ilustrativas)



Croqui - Macacão (cores meramente ilustrativas)



Croqui - 1 - TÚNICA MÉDIA (cores meramente ilustrativas)

Croqui - 2 - TÚNICA MÉDIA (cores meramente ilustrativas)



Croqui - COLANT EM SUPLEX



Croqui - 1 - CORPO COREOGRÁFICO - SHORT-SAIA

Croqui - 2 - CORPO COREOGRÁFICO - SHORT-SAIA



Croqui - 3 - CORPO COREOGRÁFICO - SHORT-SAIA

Croqui - 4 - CORPO COREOGRÁFICO - SHORT-SAIA



Croqui - 1 - CORPO COREOGRÁFICO - SAIA

Croqui - 2 - CORPO COREOGRÁFICO - SAIA

Croqui - 3 - CORPO COREOGRÁFICO - SAIA



Croqui - CALÇA EM SUPLEX



Croquis - VESTIDOS EM CIRRÊ



Croquis - MACACÕES EM CIRRÊ



Croqui - BOTA DE BALIZA/BALIZADOR



Croqui - BOTA DE CANO CURTO



Croqui - BOTA DE CANO CURTO



Croqui - BOTA DE CANO LONGO



Croqui - QUEPE EM PVC RIGIDO



Croqui - CASQUETE EM PVC RIGIDO



7. DA GARANTIA

7.1. Todos os materiais ofertados deverão atender à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratado relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

7.2. Sendo evidenciado defeito em prazo igual ou inferior a 7 (sete) dias corridos, o bem deverá ser substituído pelo contratado, no prazo de até 15 dias úteis, por outro bem, novo, sem uso.

7.3. O prazo de substituição dos materiais adquiridos ou de suas peças que apresentarem defeitos, durante o prazo de garantia, deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, inclusive se encontrados defeitos ou desconformidades com as especificações descritas nesta requisição, no ato da entrega.

7.4. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelo produto e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda da Assistência Técnica credenciada, arcando com quaisquer danos.

8. DA AMOSTRA

8.1. Após análise e aprovação das documentações de habilitação será exigido do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente amostra física dos materiais reportados neste Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após encerramento da fase de lances, no endereço da Secretaria da Educação sito à Quinta Avenida, Quadra 71, nº 300, Setor Leste Vila Nova, CEP 74643-030, Goiânia-GO, no horário e data agendados com o gestor do contrato, para a avaliação e verificação da compatibilidade com as especificações, por Comissão de Avaliação composta por 3 (três) servidores da SEDUC nomeados para este fim, para posteriormente aceitação da proposta para que não haja, portanto, o acondicionamento de objeto diverso e ocorra algum impedimento na entrega;

8.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, modelo, tamanho, quantidade e itens que compõe a embalagem;

8.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração, serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe responsável pela análise, bem como submetidos a testes que a unidade responsável entender necessário;

8.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

8.5. A Superintendência de Desporto Educacional, Arte e Educação, por meio da Gerência de Arte Educação, departamentos responsáveis pelo recebimento, deverão documentar nos autos, de imediato, o recebimento da amostra;

8.6. Será considerada aprovada a amostra que atender todos os critérios técnicos exigidas nas especificações constantes no item 5.5 e 6 do presente Termo de Referência;

8.7. Será rejeitada a amostra que:

1. Apresentar divergência em relação ao descritivo do Termo de Referência;
2. Apresentar problemas durante a análise;
3. For de qualidade inferior em relação às especificações solicitadas no Termo de Referência.

8.9. A licitante que tiver a amostra reprovada pela Comissão de Análise da Amostra terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor o recurso, e a área responsável deverá emitir uma reposta para empresa no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

8.10. Os parâmetros a serem utilizados para a análise será pela constatação das especificações técnicas contidas no descritivo do edital, quanto material e demais características do objeto, que deverá ser apresentada no prazo estabelecido.

9. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

9.1. Do Local/Horário de Entrega:

9.1.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoarifado Setorial da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, na Av. Quinta Avenida, nº 212, quadra 71, Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO - CEP: 74.643-030, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00, mediante prévio agendamento junto ao Gerência de Patrimônio da SEDUC, pelos telefones: (62) 3220-9518, que comunicará a unidade demandante para que providenciem o acompanhamento da entrega. As entregas sem agendamento somente serão aceitas, excepcionalmente, desde que não prejudique os demais recebimentos agendados, a critério da SEDUC Goiás.

9.2. Do Prazo e Condições de Entrega:

9.2.1. Os objetos descritos neste Termo deverão ser entregues ao CONTRATANTE conforme demanda de solicitação dos interessados;

9.2.2. O início do prazo será contado a partir da emissão da Nota de Fornecimento ou outro meio que o equipare;

9.2.3. O objeto contratado deverá ser entregue de forma integral e imediata, conforme quantidade e especificações pactuadas, após a emissão da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança no transporte;

9.2.4. Fica assegurado ao CONTRATANTE, o direito de rejeitar os objetos entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, ficando o fornecedor obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.2.5. Caso a substituição dos objetos não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

9.2.6. O aceite ou aprovação dos objetos pelo CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Pasta as facultades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

9.3. Das Condições de Recebimento:

9.3.1. O recebimento do (s) material (is) se dará da seguinte forma:

a) Provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificações constantes no Termo de Referência e nesta proposta, mediante termo de recebimento provisório.

b) Definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.3.2. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

9.3.3. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e nesta proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

9.3.4. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga.

9.3.5. Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado de utilização; caso a mercadoria não se encontre mais disponível no mercado, o produto substituído deve ser de qualidade igual ou superior ao solicitado, nos itens 5.5 e 6. A substituição deverá ser autorizada pelo contratante.

9.3.6. Se a Contratada realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos agentes acima mencionados.

9.3.7. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto no Termo de Referência ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 77 c/c art. 78, inc. II, da Lei nº 8.666/93, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 87 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

9.3.8. Toda entrega que será feita sob demanda, será submetida a apreciação do produto para verificação se o mesmo esta conforme a aquisição, sendo assim, em qualquer das entregas, se for notada qualquer divergência do produto entregue, o mesmo poderá ser rejeitado, e notificada a empresa para que seja resolvida a falha;

9.3.9. Todos os materiais ofertados deverão atender à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes;

9.3.10. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante Nota Fiscal emitida pela Contratada e devidamente atestada pela Contratante, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a Gerência de Arte e Educação da Superintendência de Desporto Educacional, Arte e Educação, o qual é responsável de gerir o contrato, designará servidor representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.2. A execução do serviços é responsabilidade da CONTRATADA seguindo as normativas do regulamento geral da competição e deliberações do comitê organizador geral que será designado por portaria.

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

12. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

12.1. Deverá ser apresentada as seguintes documentações técnicas na fase de habilitação, sob pena de desclassificação para os itens licitados e de sofrer as sanções previstas, conforme o art. 7º da Lei Federal 10.520/02:

12.1.1. **ATESTADO**, em nome da licitante, pertinente e compatível em prazo e características com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através do qual fique comprovada a capacidade de fornecimento de no mínimo **10% (dez por cento)** da quantidade estimada:

Admitir-se ao somatório dos quantitativos consignados em atestados que comprovem o fornecimento do objeto.

12.2. A empresa habilitada deverá apresentar juntamente com a amostra física uma declaração atestando a qualidade do material utilizado para confecção dos itens.

13. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. Obrigações da CONTRATADA

13.1.1. Todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

13.1.2. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos na presente Requisição e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

13.1.3. Fornecer os materiais, objeto da licitação, de acordo com as especificações, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitário e total, conforme consta na Nota de Empenho.

13.1.4. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

13.1.5. Entregar os materiais, objetos da licitação no local, prazo e condições determinados no item 9 e seus subitens.

13.1.6. Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer.

13.1.7. Arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

13.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SEDUC no concernente ao objeto do Termo de Referência e da presente requisição, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente.

13.1.9. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de fabricação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

13.1.10. Providenciar a substituição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, dos materiais que apresentarem problemas, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente;

13.1.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SEDUC no concernente ao objeto da presente requisição, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente;

13.1.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

13.1.13. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

13.1.14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

13.1.15. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

13.1.16. O licitante vencedor se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria de Estado da Educação, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e fixo para contato.

13.1.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Secretaria de Estado da Educação ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados;

13.1.18. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que poderá ou não ser acatado pelo gestor.

13.2. Obrigações da CONTRATANTE

13.2.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

13.2.2. Comunicar à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.2.3. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.

13.2.4. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

13.2.5. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, obedecida a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019;

13.2.6. Dar conhecimento ao titular e ao prestador dos serviços de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto (prestação dos serviços).

13.2.7. Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados.

13.2.8. Designar por meio de portaria 03 (três) servidores da Secretaria de Estado da Educação para o recebimento de material e atesto da Nota Fiscal do objeto executado com valor superior ao limite estabelecido no artigo 23, II, "a", da Lei nº 8.666/93, com alteração implementada pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de julho de 2018;

13.2.9 Verificar minuciosamente, no ato do recebimento, a conformidade do produto, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de notificação da empresa em caso de mudança da qualidade/objeto e em caso de descumprimento, serão tomadas providências pelo gestor do contrato;

13.2.10. A CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.2.11. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.2.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II – não entregar a documentação exigida no edital;

III – apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V – não manter a proposta;

VI – falhar na execução do contrato;

VII – fraudar a execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo;

IX – declarar informações falsas; e

X – cometer fraude fiscal.

14.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

14.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

14.4. As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

14.5. As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

14.6. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

14.7. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

14.8. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Tão logo seja conhecida a Empresa (fornecedor) deverá apresentar em tempo hábil para aprovação, amostras embaladas dos produtos, conforme orientação deste documento, para que não haja acondicionamento do objeto diverso do solicitado e ocorra algum impedimento na entrega.

15.2. O material licitado somente poderá ser substituído mediante comprovação da contratada de fator de impedimento por força maior, e desde que haja anuência da contratante, sendo o objeto substituído de igual ou superior valor e qualidade em relação ao material licitado.

15.3. O gestor responsável em gerir a Ata de Registro de Preços será a Gerência de Compras ou servidor designado pelo gerente.

15.4. Após assinatura da Ata de Registro de Preços, os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrer ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

A N E X O I - PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO COM DEMANDA ESTIMADA

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO COM DEMANDA ESTIMADA														
CRE	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	ITEM 01 - CONJUNTO PARA CORPO MUSICAL E MOR	ITEM 02 - CONJUNTO - CORPO COREOGRÁFICO COM SHORT SAIA	ITEM 03 - CONJUNTO - CORPO COREOGRÁFICO COM SAIA	ITEM 04 - CONJUNTO PARA PELOTÃO CÍVICO	ITEM 05 - VESTIDO PARA BALIZA	ITEM 06 - MACACÃO PARA BALIZA	ITEM 07 - BOTA CORPO MUSICAL E MOR	ITEM 08 - BOTA CORPO COREOGRÁFICO E PELOTÃO CÍVICO	ITEM 09 - BOTA PARA BALIZA	ITEM 10 - QUEPE PARA CORPO MUSICAL E MOR	ITEM 11 - CASQUETE PARA CORPO COREOGRÁFICO, PELOTÃO CÍVICO E BALIZA	ITEM 12 - BANDEIRA DO BRASIL
ANÁPOLIS	ALEXÂNIA	CEPMG 13 DE MAIO	65	12	12	15	2	1	65	39	3	65	42	2
	ANÁPOLIS	CE LEINY LOPES DE SOUZA	30	12	12	15	2	1	30	39	3	30	42	2
	ANÁPOLIS	CE PADRE FERNANDO GOMES DE MELO	37	12	12	15	2	1	37	39	3	37	42	2
	ANÁPOLIS	CE PLINIO JAIME	74	15	15	15	2	1	74	44	3	74	47	2
	ANÁPOLIS	CE VIRGINIO SANTILLO	60	15	15	15	2	1	60	44	3	60	47	2
	ANÁPOLIS	CEPI DR GENSERICO GONZAGA JAIME	86	32	32	15	2	1	86	78	3	86	81	2
	ANÁPOLIS	CEPI GOMES DE SOUZA RAMOS	60	15	15	15	2	1	60	44	3	60	47	2
	ANÁPOLIS	CEPI JOSE LUDOVICO DE ALMEIDA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	ANÁPOLIS	CEPI PADRE TRINDADE	59	24	24	15	2	1	59	63	3	59	66	2
	ANÁPOLIS	CEPMG ARLINDO COSTA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	ANÁPOLIS	CEPMG CÉSAR TOLEDO	32	12	12	15	2	1	32	39	3	32	42	2

	ANÁPOLIS	CEPMG GABRIEL ISSA	95	12	12	15	2	1	95	39	3	95	42	2
	GOIANÁPOLIS	EE JOAQUIM SOARES DA SILVA	41	15	15	15	2	1	41	44	3	41	47	2
	JARANÁPOLIS	CE JARBAS JAYME	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	PIRENÓPOLIS	CEPMG COMDOR. CHRISTOVAM DE OLIVEIRA	29	12	12	17	2	1	29	41	3	29	44	2
	PIRENÓPOLIS	EE COMENDADOR JOAQUIM ALVES	29	12	12	15	2	1	29	39	3	29	42	2
APARECIDA	APARECIDA	CE BURITI SERENO GARDEN	43	12	12	15	2	1	43	39	3	43	42	2
	APARECIDA	CEPI NOVA CIDADE	31	12	12	17	2	1	31	41	3	31	44	2
	APARECIDA	CE DOM PEDRO I	30	12	12	15	2	1	30	39	3	30	42	2
	APARECIDA	CE JARDIM TIRADENTES	62	12	12	15	2	1	62	39	3	62	42	2
	APARECIDA	CE JESUS CONCEIÇÃO LEAL	37	12	12	15	2	1	37	39	3	37	42	2
	APARECIDA	CE JOÃO DA COSTA CARVALHO	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
	APARECIDA	CE MACHADO DE ASSIS	48	12	12	15	2	1	48	39	3	48	42	2
	APARECIDA	CE PROF. GERALDO RIBEIRO DA SILVA	62	12	12	15	2	1	62	39	3	62	42	2
	APARECIDA	CEPMG COLINA AZUL	118	12	12	15	2	1	118	39	3	118	42	2
	SENADOR CANEDO	CEPMG PEDRO XAVIER TEIXEIRA	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	APARECIDA	CEPMG MADRE GERMANA	66	18	18	15	2	1	66	50	3	66	53	2
	APARECIDA	EE OLIMPIO ALVES	66	18	18	15	2	1	66	50	3	66	53	2
CAMPOS BELOS	CAMPOS BELOS	CE FELISMINA CARDOSO BATISTA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	CAMPOS BELOS	CE PROFESSORA RICARDA	32	12	12	15	2	1	32	39	3	32	42	2
CATALÃO	GOIANDIRA	CE AMÉLIA DE CASTRO LIMA	32	12	12	15	2	1	32	39	3	32	42	2
	DAVINÓPOLIS	CE JOÃO BERNARDES DE ASSUNÇÃO	36	12	12	15	2	1	36	39	3	36	42	2
	CORUMBAÍBA	CE SIMON BOLÍVAR	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
CERES	CERES	CE VIRGÍLIO DO VALE	32	12	12	15	2	1	32	39	3	32	42	2
	CERES	CEPI PROF. MARIA CARMELITA MACEDO CORREA	40	12	12	15	2	1	40	39	3	40	42	2
	CERES	CEPMG HÉLIO VELOSO	70	22	22	15	2	1	70	59	3	70	62	2
	RIALMA	CE CÂMARA FILHO	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	RIALMA	CE POLIVALENTE RUI BARBOSA	30	12	12	15	2	1	30	39	3	30	42	2
	RIANÁPOLIS	CEPI GRICON E SILVA	26	12	12	16	2	1	26	40	3	26	43	2
	RIANÁPOLIS	EE CONEGO JOSE TRINDADE DA FONSECA E SILVA	26	12	12	16	2	1	26	40	3	26	43	2
FORMOSA	FORMOSA	CEPI HUGO LOBO	40	12	12	15	2	1	40	39	3	40	42	2
	FORMOSA	CEPMG DOMINGOS DE OLIVEIRA	73	15	15	15	2	1	73	44	3	73	47	2
GOIÂNIA	GOIÂNIA	CE JARDIM AMÉRICA	139	33	33	15	2	1	139	80	3	139	83	2
	GOIÂNIA	CE JARDIM EUROPA	89	18	18	15	2	1	89	50	3	89	53	2
	GOIÂNIA	CE JOSE LOBO	44	12	12	15	2	1	44	39	3	44	42	2
	GOIÂNIA	CE ROBERTO CIVITA	60	15	15	17	2	1	60	46	3	60	49	2
	GOIÂNIA	CE SENADOR	53	12	12	15	2	1	53	39	3	53	42	2

	ONOFRE QUINAN												
GOIÂNIA	CE SENADOR TEOTONIO VILELA	89	18	18	15	2	1	89	50	3	89	53	2
GOIÂNIA	CE SEVERIANO DE ARAUJO	98	29	29	15	2	1	98	73	3	98	76	2
GOIÂNIA	CE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	82	12	12	15	2	1	82	39	3	82	42	2
GOIÂNIA	CE VERANY MACHADO DE OLIVEIRA	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
GOIÂNIA	CE SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
GOIÂNIA	CEPI SEBASTIÃO FRANÇA	62	33	33	15	2	1	62	81	3	62	84	2
GOIÂNIA	CEPI EDMUNDO PINHHEIRO DE ABREU	62	33	33	15	2	1	62	81	3	62	84	2
GOIÂNIA	CEPI FRANCISCO MARIA DANTAS	86	16	16	17	2	1	86	49	3	86	52	2
GOIÂNIA	CEPI ISMAEL SILVA DE JESUS	118	29	29	15	2	1	118	73	3	118	76	2
GOIÂNIA	CEPI NOVO HORIZONTE	58	12	12	15	2	1	58	39	3	58	42	2
GOIÂNIA	CEPI PEDRO GOMES	59	21	21	15	2	1	59	56	3	59	59	2
GOIÂNIA	CEPMG AYRTON SENNA	82	22	22	15	2	1	82	59	3	82	62	2
GOIÂNIA	CEPMG HUGO DE CARVALHO RAMOS	103	22	22	15	2	1	103	59	3	103	62	2
GOIÂNIA	CEPMG JARDIM GUANABARA	77	12	12	15	2	1	77	39	3	77	42	2
GOIÂNIA	CEPMG MAJOR OSCAR ALVELOS	204	21	21	15	2	1	204	57	3	204	60	2
GOIÂNIA	CEPMG WALDEMAR MUNDIM	52	12	12	21	2	1	52	45	3	52	48	2
GOIÂNIA	CEPMG VASCO DOS REIS	262	39	39	17	2	1	262	95	3	262	98	2
GOIANÉSIA	GOIANÉSIA CE LAURENTINO MARTINS	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	GOIANÉSIA EE PE ASTÉRIO PASCOAL	52	12	12	21	2	1	52	45	3	52	48	2
	JARAGUÁ CE DIÓGENES DE CASTRO RIBEIRO	37	12	12	15	2	1	37	39	3	37	42	2
	JARAGUÁ CEPMG SILVIO DE CASTRO RIBEIRO	86	12	12	22	2	1	86	46	3	86	49	2
	SANTA RITA DO NOVO DESTINO CE LAURENTINO MARTINS RODRIGUES	60	14	14	17	2	1	60	44	3	60	47	2
	S FRANCISCO DE GOIÁS CE ANTÔNIO FERREIRA RIOS	98	12	12	15	2	1	98	39	3	98	42	2
IPORÁ	IPORÁ CE ELIAS DE ARAÚJO ROCHA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	CAIAPÔNIA CE NOSSA SENHORA DO MONTESSERRATE	77	12	12	15	2	1	77	39	3	77	42	2
	DOVERLÂNDIA CE DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	CAIAPÔNIA CE PREVISTO DE MORAIS	90	12	12	15	2	1	90	39	3	90	42	2
	AMORINÓPOLIS CE PROFª. ANALICIA CECILIA BARBOSA DA SILVA	58	12	12	15	2	1	58	39	3	58	42	2
	CAIAPÔNIA CEPI GERCINA BORGES TEIXEIRA	74	12	12	15	2	1	74	39	3	74	42	2
ITABERAÍ	ITABERAÍ CEPMG BENEDITO PINHEIRO DE ABREU	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
ITAPACI	CRIXÁS CE MANOEL LINO DE CARVALHO	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
	ITAPACI CEPI SANTA TEREZINHA	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
	PILAR DE GOIÁS CE PILAR DE GOIÁS	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2

	ITAPACI	CEPMG GERALDA ANDRADE MARTINS	82	12	12	15	2	1	82	39	3	82	42	2
	ITAPACI	EE LUIZ ALVES MACHADO	62	12	12	15	2	1	62	39	3	62	42	2
ITAPURANGA	URUANA	CE JOSE ALVES TOLEDO	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	ITAPURANGA	CEPMG DEPUTADO JOSÉ ALVES DE ASSIS	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
	URUANA	CE JOSE RIBEIRO MAGALHAES	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
	URUANA	CE MONTEIRO ZICO	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
	URUANA	EE ESPECIAL APRENDIZES DA ESPERANÇA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	URUANA	EE ORIGENES LEMES DA SILVA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
ITUMBIARA	ITUMBIARA	CE ADONIRO MARTINS DE ANDRADE	48	12	12	15	2	1	48	39	3	48	42	2
	CACHOEIRA DOURADA	CE PINHEIRO INÁCIO PAES LEME	30	12	12	15	2	1	30	39	3	30	42	2
	ITUMBIARA	CE POL DR. MENEZES JR	50	16	16	15	2	1	50	47	3	50	50	2
	BURITI ALEGRE	CEPI ALFREDO NASSER	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
	ITUMBIARA	CEPMG DIONÁRIA ROCHA	70	12	12	17	2	1	70	41	3	70	44	2
JATAÍ	JATAÍ	CEPMG NESTÓRIO RIBEIRO	70	12	12	17	2	1	70	41	3	70	44	2
LUZIÂNIA	LUZIÂNIA	CE MARIA ABADIA SALOMÃO	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
MINAÇU	MINAÇU	CE JOAQUIM THOME DE ALMEIDA	37	12	12	15	2	1	37	39	3	37	42	2
	MINAÇU	CE MINISTRO SANTIAGO DANTAS	32	12	12	15	2	1	32	39	3	32	42	2
MINEIROS	MINEIROS	CE DEPUTADO JOSE ALVES DE ASSIS	89	22	22	15	2	1	89	59	3	89	62	2
MORRINHOS	MAZARGÃO	CE RAULINA DA FONSECA PASCOAL	53	12	12	15	2	1	53	39	3	53	42	2
	MORRINHOS	CE CORONEL PEDRO NUNES	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	MORRINHOS	CE MARIQUITA COSTA	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	MORRINHOS	CEPI ALFREDO NASSER	37	12	12	15	2	1	37	39	3	37	42	2
	MORRINHOS	CE SANTA RITA DE CÁSSIA	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
NOVO GAMA	VALPARAÍSO	CE JARDIM ORIENTE	43	12	12	15	2	1	43	39	3	43	42	2
	CIDADE OCIDENTAL	CE CIDADE OCIDENTAL	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	CIDADE OCIDENTAL	CE DIVINA OLÍMPIO MIRANDA	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	CIDADE OCIDENTAL	CE JORGE AMADO	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	VALPARAÍSO	CEPI CRUZEIRO DO SUL	66	12	12	15	2	1	66	39	3	66	42	2
	VALPARAÍSO	CEPMG FERNANDO PESSOA	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
PALMEIRAS	CESARINA	CE PROFESSORA MARIA APRESENTAÇÃO	26	12	12	15	2	1	26	39	3	26	42	2
	PALMEIRAS DE GOIÁS	CEPMG CABO PM EDMILSON DE SOUZA LEMES	53	12	12	15	2	1	53	39	3	53	42	2
	PALMINÓPOLIS	CE DES. HAMILTON DE BARROS VELASCO	37	12	12	15	2	1	37	39	3	37	42	2

PIRACANJUBA	PIRACANJUBA	CEPI LÉO LYNCE	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	PIRACANJUBA	CE JOSÉ FELICIANO	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
PLANALTINA	SÃO JOÃO DA ALIANÇA	CE FREDERICO BARBARES RABELO	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	PLANALTINA	CEPI ANA MARIA FERREIRA DE PAULA	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	PLANALTINA	CE DR. DIRCEU FERREIRA DE ARAUJO	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
PORANGATU	PORANGATU	CEPMG TOMAZ MARTINS DA CUNHA	74	12	12	15	2	1	74	39	3	74	42	2
POSSE	SÃO DOMINGOS	CE JOÃO HONORATO	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	POSSE	CEPMG DOM PRUDÊNCIO	53	12	12	15	2	1	53	39	3	53	42	2
QUIRINÓPOLIS	QUIRINÓPOLIS	CE DR. ONERIO PEREIRA VIEIRA	74	12	12	15	2	1	74	39	3	74	42	2
	QUIRINÓPOLIS	CE JUSCELINO KUBITSCHKEK	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
	QUIRINÓPOLIS	CEPI INDEPENDÊNCIA	60	15	15	15	2	1	60	44	3	60	47	2
	QUIRINÓPOLIS	CEPI PRESIDENTE CASTELO BRANCO	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	QUIRINÓPOLIS	CEPMG DR. PEDRO LUDOVICO	89	12	12	17	2	1	89	41	3	89	44	2
RIO VERDE	RIO VERDE	CEPMG CARLOS CUNHA FILHO	74	12	12	15	2	1	74	39	3	74	42	2
RUBIATABA	RUBIATABA	CEPI RAIMUNDO SANTANA AMARAL	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
	RUBIATABA	CEPMG GILVAN SAMPAIO	46	15	15	15	2	1	46	44	3	46	47	2
SANTA HELENA	SANTA HELENA	CE VITAL DE OLIVEIRA	60	16	16	15	2	1	60	47	3	60	50	2
	MAURILÂNDIA	CE SEBASTIÃO ALVES FERREIRA	46	12	12	15	2	1	46	39	3	46	42	2
	SANTA HELENA	EE DJALMA DE FREITAS	53	12	12	15	2	1	53	39	3	53	42	2
SÃO LUÍS	IVOLÂNDIA	CE ANTENOR PADILHA	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
	CORRÉGO DO OURO	CE BRASIL	89	12	12	15	2	1	89	39	3	89	42	2
	SÃO LUÍS	CEPI AMÉRICO ANTUNES	29	12	12	15	2	1	29	39	3	29	42	2
	AURILÂNDIA	CEPI PROFESSOR ADALBERTO SOBRINHO DE SOUZA	76	12	12	15	2	1	76	39	3	76	42	2
	SÃO LUÍS	CEPI SÃO SEBASTIÃO	102	15	15	15	2	1	102	44	3	102	47	2
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	CEPI SÃO FRANCISCO	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
	MUNDO NOVO	CE OTAVIANO SANTOS CALDAS	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	EE CASTELO BRANCO	30	12	12	15	2	1	30	39	3	30	42	2
SILVÂNIA	SILVÂNIA	CE PROF. JOSÉ PASCHOAL DA SILVA	55	12	12	15	2	1	55	39	3	55	42	2
	SILVÂNIA	CEPI MOISÉS SANTANA	40	12	12	15	2	1	40	39	3	40	42	2
TRINDADE	TRINDADE	CE DOM PRUDÊNCIO	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	TRINDADE	CE SENADOR THEOTONIO VILELLA	29	12	12	15	2	1	29	39	3	29	42	2
	GUAPÓ	CEPI PROFESSORA LIODÓSIA SERRA RAMOS	34	12	12	15	2	1	34	39	3	34	42	2
	TRINDADE	CEPMG CASTELO BRANCO	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	GUAPÓ	CEPMG JOSÉ FELICIANO	34	12	12	15	2	1	34	39	3	34	42	2

		FERREIRA												
	TRINDADE	CEPMG PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA	60	12	12	15	2	1	60	39	3	60	42	2
	TRINDADE	CEPMG PROF. JOSÉ DOS REIS MENDES	55	14	14	15	2	1	55	43	3	55	46	2
	TRINDADE	EE HOMERO HONORATO	31	12	12	15	2	1	31	39	3	31	42	2
URUAÇU	URUAÇU	CE ALFREDO NASSER	36	12	12	15	2	1	36	39	3	36	42	2
	URUAÇU	CE QUILOMBOLA FILOMENO LUIZ DE FRANÇA	30	12	12	15	2	1	30	39	3	30	42	2
	URUAÇU	CEPI POLE DR. SEBASTIÃO GONÇALVES ALMEIDA DE	54	12	12	15	2	1	54	39	3	54	42	2
	URUAÇU	CEPMG DR FRANCISCO ANTÔNIO AZEVEDO DE	54	12	12	15	2	1	54	39	3	54	42	2
			10.450	2.659	2.659	2.894	379	189	10.450	8.185	569	10450	8.754	379

ANEXO II - PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO IMEDIATA

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO COM NECESSIDADE IMEDIATA														
CRE	MUNICÍPIO	UNIDADE EDUCACIONAL	ITEM 01 - CONJUNTO PARA CORPO MUSICAL E MOR	ITEM 02 - CONJUNTO CORPO COREOGRÁFICO COM SHORT SAIA	ITEM 03 - CONJUNTO CORPO COREOGRÁFICO COM SAIA	ITEM 04 - CONJUNTO PARA PELOTÃO CÍVICO	ITEM 05 - VESTIDO PARA BALIZA	ITEM 06 - MACACÃO PARA BALIZA	ITEM 07 - BOTA CORPO MUSICAL E MOR	ITEM 08 - BOTA CORPO COREOGRÁFICO E PELOTÃO CÍVICO	ITEM 09 - BOTA PARA BALIZA	ITEM 10 - QUEPE PARA CORPO MUSICAL E MOR	ITEM 11 - CASQUETE PARA CORPO COREOGRÁFICO, PELOTÃO CÍVICO E BALIZA	ITEM 12 - BANDEIRA DO BRASIL
ANÁPOLIS	ALEXÂNIA	CEPMG 13 DE MAIO	53	10	10	12	2	1	53	32	2	53	34	1
	ANÁPOLIS	CE LEINY LOPES DE SOUZA	24	10	10	12	2	1	24	32	2	24	34	1
	ANÁPOLIS	CE PADRE FERNANDO GOMES DE MELO	30	10	10	12	2	1	30	32	2	30	34	1
	ANÁPOLIS	CE PLINIO JAIME	61	12	12	12	2	1	61	36	2	61	38	1
	ANÁPOLIS	CE VIRGINIO SANTILLO	49	12	12	12	2	1	49	36	2	49	38	1
	ANÁPOLIS	CEPI DR GENNERICO GONZAGA JAIME	71	26	26	12	2	1	71	64	2	71	66	1
	ANÁPOLIS	CEPI GOMES DE SOUZA RAMOS	49	12	12	12	2	1	49	36	2	49	38	1
	ANÁPOLIS	CEPI JOSE LUDOVICO DE ALMEIDA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	ANÁPOLIS	CEPI PADRE TRINDADE	48	20	20	12	2	1	48	52	2	48	54	1
	ANÁPOLIS	CEPMG ARLINDO COSTA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	ANÁPOLIS	CEPMG CÉSAR TOLEDO	26	10	10	12	2	1	26	32	2	26	34	1
	ANÁPOLIS	CEPMG GABRIEL ISSA	78	10	10	12	2	1	78	32	2	78	34	1
	GOIANÁPOLIS	EE JOAQUIM SOARES DA SILVA	33	12	12	12	2	1	33	36	2	33	38	1
	JARANÁPOLIS	CE JARBAS JAYME	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	PIRENÓPOLIS	CEPMG COMDOR. CHRISTOVAM DE OLIVEIRA	23	10	10	14	2	1	23	34	2	23	36	1
PIRENÓPOLIS	EE COMENDADOR JOAQUIM ALVES	23	10	10	12	2	1	23	32	2	23	34	1	
APARECIDA	APARECIDA	CE BURITI SERENO GARDEN	35	10	10	12	2	1	35	32	2	35	34	1
	APARECIDA	CEPI NOVA CIDADE	25	10	10	14	2	1	25	34	2	25	36	1
	APARECIDA	CE DOM PEDRO I	24	10	10	12	2	1	24	32	2	24	34	1
	APARECIDA	CE JARDIM TIRADENTES	51	10	10	12	2	1	51	32	2	51	34	1

	APARECIDA	CE JESUS CONCEIÇÃO LEAL	30	10	10	12	2	1	30	32	2	30	34	1
	APARECIDA	CE JOÃO DA COSTA CARVALHO	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	APARECIDA	CE MACHADO DE ASSIS	39	10	10	12	2	1	39	32	2	39	34	1
	APARECIDA	EE OLIMPIO ALVES	54	15	15	12	2	1	54	41	2	54	43	1
	APARECIDA	CE PROF. GERALDO RIBEIRO DA SILVA	51	10	10	12	2	1	51	32	2	51	34	1
	APARECIDA	CEPMG COLINA AZUL	97	10	10	12	2	1	97	32	2	97	34	1
	SENADOR CANEDO	CEPMG PEDRO XAVIER TEIXEIRA	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	APARECIDA	CEPMG MADRE GERMANA	54	15	15	12	2	1	54	41	2	54	43	1
CAMPOS BELOS	CAMPOS BELOS	CE FELISMINA CARDOSO BATISTA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	CAMPOS BELOS	CE PROFESSORA RICARDA	26	10	10	12	2	1	26	32	2	26	34	1
	GOIANDIRA	CE AMÉLIA DE CASTRO LIMA	26	10	10	12	2	1	26	32	2	26	34	1
CATALÃO	CORUMBAÍBA	CE SIMON BOLÍVAR	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	DAVINÓPOLIS	CE JOÃO BERNARDES DE ASSUNÇÃO	29	10	10	12	2	1	29	32	2	29	34	1
CERES	CERES	CE VIRGÍLIO DO VALE	26	10	10	12	2	1	26	32	2	26	34	1
	CERES	CEPI PROF. MARIA CARMELITA MACEDO CORREA	32	10	10	12	2	1	32	32	2	32	34	1
	CERES	CEPMG HÉLIO VELOSO	57	18	18	12	2	1	57	48	2	57	50	1
	RIALMA	CE CÂMARA FILHO	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	RIALMA	CE POLIVALENTE RUI BARBOSA	24	10	10	12	2	1	24	32	2	24	34	1
	RIANÁPOLIS	CEPI GRICON E SILVA	21	10	10	13	2	1	21	33	2	21	35	1
	RIANÁPOLIS	EE CONEGO JOSE TRINDADE DA FONSECA E SILVA	21	10	10	13	2	1	21	33	2	21	35	1
FORMOSA	FORMOSA	CEPI HUGO LOBO	32	10	10	12	2	1	32	32	2	32	34	1
	FORMOSA	CEPMG DOMINGOS DE OLIVEIRA	60	12	12	12	2	1	60	36	2	60	38	1
GOIÂNIA	GOIÂNIA	CE JARDIM AMÉRICA	115	27	27	12	2	1	115	66	2	115	68	1
	GOIÂNIA	CE JARDIM EUROPA	73	15	15	12	2	1	73	41	2	73	43	1
	GOIÂNIA	CE JOSE LOBO	36	10	10	12	2	1	36	32	2	36	34	1
	GOIÂNIA	CE ROBERTO CIVITA	49	12	12	14	2	1	49	38	2	49	40	1
	GOIÂNIA	CE SENADOR ONOFRE QUINAN	43	10	10	12	2	1	43	32	2	43	34	1
	GOIÂNIA	CE SENADOR TEOTONIO VILELA	73	15	15	12	2	1	73	41	2	73	43	1
	GOIÂNIA	CE SEVERIANO DE ARAUJO	81	24	24	12	2	1	81	60	2	81	62	1
	GOIÂNIA	CE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	67	10	10	12	2	1	67	32	2	67	34	1
	GOIÂNIA	CE VERANY MACHADO DE OLIVEIRA	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	GOIÂNIA	CE SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	GOIÂNIA	CEPI SEBASTIÃO FRANÇA	51	28	28	12	2	1	51	67	2	51	69	1
	GOIÂNIA	CEPI EDMUNDO PINHHEIRO DE ABREU	51	28	28	12	2	1	51	67	2	51	69	1
	GOIÂNIA	CEPI FRANCISCO	71	13	13	14	2	1	71	40	2	71	42	1

		MARIA DANTAS												
	GOIÂNIA	CEPI ISMAEL SILVA DE JESUS	97	24	24	12	2	1	97	60	2	97	62	1
	GOIÂNIA	CEPI NOVO HORIZONTE	47	10	10	12	2	1	47	32	2	47	34	1
	GOIÂNIA	CEPI PEDRO GOMES	48	17	17	12	2	1	48	46	2	48	48	1
	GOIÂNIA	CEPMG AYRTON SENNA	67	18	18	12	2	1	67	48	2	67	50	1
	GOIÂNIA	CEPMG HUGO DE CARVALHO RAMOS	85	18	18	12	2	1	85	48	2	85	50	1
	GOIÂNIA	CEPMG JARDIM GUANABARA	63	10	10	12	2	1	63	32	2	63	34	1
	GOIÂNIA	CEPMG MAJOR OSCAR ALVELOS	169	18	18	12	2	1	169	47	2	169	49	1
	GOIÂNIA	CEPMG WALDEMAR MUNDIM	42	10	10	17	2	1	42	37	2	42	39	1
	GOIÂNIA	CEPMG VASCO DOS REIS	217	33	33	14	2	1	217	79	2	217	81	1
GOIANÉSIA	GOIANÉSIA	CE LAURENTINO MARTINS	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	GOIANÉSIA	EE PE ASTÉRIO PASCOAL	42	10	10	17	2	1	42	37	2	42	39	1
	JARAGUÁ	CE DIÓGENES DE CASTRO RIBEIRO	30	10	10	12	2	1	30	32	2	30	34	1
	JARAGUÁ	CEPMG SILVIO DE CASTRO RIBEIRO	71	10	10	18	2	1	71	38	2	71	40	1
	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	CE LAURENTINO MARTINS RODRIGUES	49	11	11	14	2	1	49	36	2	49	38	1
	S FRANCISCO DE GOIÁS	CE ANTÔNIO FERREIRA RIOS	81	10	10	12	2	1	81	32	2	81	34	1
IPORÁ	IPORÁ	CE ELIAS DE ARAÚJO ROCHA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	CAIAPÔNIA	CE NOSSA SENHORA DO MONTESSERRATE	63	10	10	12	2	1	63	32	2	63	34	1
	DOVERLÂNDIA	CE DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	CAIAPÔNIA	CE PREVISTO DE MORAIS	74	10	10	12	2	1	74	32	2	74	34	1
	AMORINÓPOLIS	CE PROFª. ANALICIA CECILIA BARBOSA DA SILVA	47	10	10	12	2	1	47	32	2	47	34	1
	CAIAPÔNIA	CEPI GERCINA BORGES TEIXEIRA	61	10	10	12	2	1	61	32	2	61	34	1
ITABERAÍ	ITABERAÍ	CEPMG BENEDITO PINHEIRO DE ABREU	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
ITAPACI	CRIXÁS	CE MANOEL LINO DE CARVALHO	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
	ITAPACI	CEPI SANTA TEREZINHA	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
	PILAR DE GOIÁS	CE PILAR DE GOIÁS	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	ITAPACI	CEPMG GERALDA ANDRADE MARTINS	67	10	10	12	2	1	67	32	2	67	34	1
	ITAPACI	EE LUIZ ALVES MACHADO	51	10	10	12	2	1	51	32	2	51	34	1
ITAPURANGA	URUANA	CE JOSE ALVES TOLEDO	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	ITAPURANGA	CEPMG DEPUTADO JOSÉ ALVES DE ASSIS	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	URUANA	CE JOSE RIBEIRO MAGALHAES	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
	URUANA	CE ZICO MONTEIRO	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
	URUANA	EE ESPECIAL APRENDIZES DA ESPERANÇA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	URUANA	EE ORIGENES LEMES DA SILVA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1

ITUMBIARA	ITUMBIARA	CE ADONIRO MARTINS DE ANDRADE	39	10	10	12	2	1	39	32	2	39	34	1
	CACHOEIRA DOURADA	CE INÁCIO PINHEIRO PAES LEME	24	10	10	12	2	1	24	32	2	24	34	1
	ITUMBIARA	CE POL DR. MENEZES JR	41	13	13	12	2	1	41	38	2	41	40	1
	BURITI ALEGRE	CEPI ALFREDO NASSER	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	ITUMBIARA	CEPMG DIONÁRIA ROCHA	57	10	10	14	2	1	57	34	2	57	36	1
JATAÍ	JATAÍ	CEPMG NESTÓRIO RIBEIRO	57	10	10	14	2	1	57	34	2	57	36	1
LUZIÂNIA	LUZIÂNIA	CE MARIA ABADIA SALOMÃO	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
MINAÇU	MINAÇU	CE JOAQUIM THOME DE ALMEIDA	30	10	10	12	2	1	30	32	2	30	34	1
	MINAÇU	CE MINISTRO SANTIAGO DANTAS	26	10	10	12	2	1	26	32	2	26	34	1
MINEIROS	MINEIROS	CE DEPUTADO JOSE ALVES DE ASSIS	73	18	18	12	2	1	73	48	2	73	50	1
MORRINHOS	MAZARGÃO	CE RAULINA DA FONSECA PASCOAL	43	10	10	12	2	1	43	32	2	43	34	1
	MORRINHOS	CE CORONEL PEDRO NUNES	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	MORRINHOS	CE MARIQUITA COSTA	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	MORRINHOS	CEPI ALFREDO NASSER	30	10	10	12	2	1	30	32	2	30	34	1
	MORRINHOS	CE SANTA RITA DE CÁSSIA	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
NOVO GAMA	VALPARAÍSO	CE JARDIM ORIENTE	35	10	10	12	2	1	35	32	2	35	34	1
	CIDADE OCIDENTAL	CE CIDADE OCIDENTAL	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	CIDADE OCIDENTAL	CE DIVINA OLÍMPIO MIRANDA	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	CIDADE OCIDENTAL	CE JORGE AMADO	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	VALPARAÍSO	CEPI CRUZEIRO DO SUL	54	10	10	12	2	1	54	32	2	54	34	1
	VALPARAÍSO	CEPMG FERNANDO PESSOA	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
PALMEIRAS	CESARINA	CE PROFESSORA MARIA APRESENTAÇÃO	21	10	10	12	2	1	21	32	2	21	34	1
	PALMEIRAS DE GOIÁS	CEPMG CABO PM EDMILSON DE SOUZA LEMES	43	10	10	12	2	1	43	32	2	43	34	1
	PALMINÓPOLIS	CE DES. HAMILTON DE BARROS VELASCO	30	10	10	12	2	1	30	32	2	30	34	1
PIRACANJUBA	PIRACANJUBA	CEPI LÉO LYNCE	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	PIRACANJUBA	CE JOSÉ FELICIANO	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
PLANALTINA	SÃO JOÃO DA ALIANÇA	CE FREDERICO BERBARDES RABELO	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	PLANALTINA	CEPI ANA MARIA FERREIRA DE PAULA	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
	PLANALTINA	CE DR. DIRCEU FERREIRA DE ARAUJO	37	12	12	12	2	1	37	36	2	37	38	1
PORANGATU	PORANGATU	CEPMG TOMAZ MARTINS DA CUNHA	61	10	10	12	2	1	61	32	2	61	34	1
POSSE	SÃO DOMINGOS	CE JOÃO HONORATO	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	POSSE	CEPMG DOM PRUDÊNCIO	43	10	10	12	2	1	43	32	2	43	34	1

QUIRINÓPOLIS	QUIRINÓPOLIS	CE DR. ONERIO PEREIRA VIEIRA	61	10	10	12	2	1	61	32	2	61	34	1
	QUIRINÓPOLIS	CE JUSCELINO KUBITSCHEK	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	QUIRINÓPOLIS	CEPI INDEPENDÊNCIA	49	12	12	12	2	1	49	36	2	49	38	1
	QUIRINÓPOLIS	CEPI PRESIDENTE CASTELO BRANCO	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	QUIRINÓPOLIS	CEPMG DR. PEDRO LUDOVICO	73	10	10	14	2	1	73	34	2	73	36	1
RIO VERDE	RIO VERDE	CEPMG CARLOS CUNHA FILHO	61	10	10	12	2	1	61	32	2	61	34	1
RUBIATABA	RUBIATABA	CEPI RAIMUNDO SANTANA AMARAL	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	RUBIATABA	CEPMG GILVAN SAMPAIO	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
SANTA HELENA	SANTA HELENA	CE VITAL DE OLIVEIRA	49	13	13	12	2	1	49	38	2	49	40	1
	SANTA HELENA	CE SEBASTIÃO ALVES FERREIRA	37	10	10	12	2	1	37	32	2	37	34	1
	SANTA HELENA	EE DJALMA DE FREITAS	43	10	10	12	2	1	43	32	2	43	34	1
SÃO LUÍS	IVOLÂNDIA	CE ANTENOR PADILHA	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
	CORRÉGO DO OURO	CE BRASIL	73	10	10	12	2	1	73	32	2	73	34	1
	SÃO LUÍS	CEPI AMÉRICO ANTUNES	23	10	10	12	2	1	23	32	2	23	34	1
	AURILÂNDIA	CEPI PROFESSOR ADALBERTO SOBRINHO DE SOUZA	62	10	10	12	2	1	62	32	2	62	34	1
	SÃO LUÍS	CEPI SÃO SEBASTIÃO	84	12	12	12	2	1	84	36	2	84	38	1
SÃO MIGUEL	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	CEPI SÃO FRANCISCO	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
	MUNDO NOVO	CE OTAVIANO SANTOS CALDAS	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	EE CASTELO BRANCO	24	10	10	12	2	1	24	32	2	24	34	1
SILVÂNIA	SILVÂNIA	CE PROF. JOSÉ PASCHOAL DA SILVA	45	10	10	12	2	1	45	32	2	45	34	1
	SILVÂNIA	CEPI MOISÉS SANTANA	32	10	10	12	2	1	32	32	2	32	34	1
TRINDADE	TRINDADE	CE DOM PRUDÊNCIO	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	TRINDADE	CE SENADOR THEOTONIO VILELLA	23	10	10	12	2	1	23	32	2	23	34	1
	GUAPÓ	CEPI PROFESSORA LIODÓSIA SERRA RAMOS	27	10	10	12	2	1	27	32	2	27	34	1
	TRINDADE	CEPMG CASTELO BRANCO	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	GUAPÓ	CEPMG JOSÉ FELICIANO FERREIRA	27	10	10	12	2	1	27	32	2	27	34	1
	TRINDADE	CEPMG PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA	49	10	10	12	2	1	49	32	2	49	34	1
	TRINDADE	CEPMG PROF. JOSÉ DOS REIS MENDES	45	12	12	12	2	1	45	35	2	45	37	1
	TRINDADE	EE HOMERO HONORATO	25	10	10	12	2	1	25	32	2	25	34	1
URUAÇU	URUAÇU	CE ALFREDO NASSER	29	10	10	12	2	1	29	32	2	29	34	1
	URUAÇU	CE QUILOMBOLA FILOMENO LUIZ DE FRANÇA	24	10	10	12	2	1	24	32	2	24	34	1
	URUAÇU	CEPI DR. SEBASTIÃO GONÇALVES ALMEIDA	44	10	10	12	2	1	44	32	2	44	34	1
	URUAÇU	CEPMG DR FRANCISCO	44	10	10	12	2	1	44	32	2	44	34	1

8.243

2.129

2.129

2.246

367

183

8.244

6495

367

8244

6.862

183

ANEXO III - ESTIMATIVA DE TAMANHOS DOS UNIFORMES

Cálculo dos tamanhos dos itens do processo de compra de uniformes		Conjunto Corpo Musical e Mor	
		PP	419
P	1359		
M	3343		
G	3343		
GG	1358		
EXG	628		
	10450		
Conjunto Corpo Coreográfico com Short-Saia			
PP	106		
P	345		
M	854		
G	850		
GG	345		
EXG	159		
	2659		
Conjunto Corpo Coreográfico com Saia			
PP	106		
P	345		
M	854		
G	850		
GG	345		
EXG	159		
	2659		
Conjunto Pelotão Cívico			
PP	116		
P	376		
M	926		
G	926		
GG	376		
EXG	174		
	2894		
Vestido para baliza			
PP	16		
P	49		
M	121		
G	121		
GG	49		
EXG	23		
	379		

Macacão para baliza masculino		
PP	8	
P	25	
M	60	
G	60	
GG	25	
EXG	11	
	189	
Bota para Corpo Musical e Mor		
34	104	
35	210	
36	523	
37	1045	
38	1149	
39	1672	
40	1776	
41	1672	
42	1672	
43	418	
44	209	
	10450	
Bota para Corpo Coreográfico e Pelotão Cívico		
34	82	
35	164	
36	491	
37	1473	
38	1637	
39	1555	
40	982	
41	655	
42	655	
43	327	
44	164	
	8185	
Bota para Baliza		
34	6	
35	11	
36	35	
37	103	
38	113	
39	108	
40	68	
41	46	
42	46	
43	22	
44	11	
	569	
Quepe para Corpo Musical e Mor		
P	1045	
M	4703	
G	4702	
	10450	

	Bota para	Corpo Coreográfico, Pelotão Cívico e Baliza
P		1752
M		3501
G		3501
		8754



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 18/08/2022, às 15:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WOLNEY ARRUDA DE LIMA, Gerente**, em 18/08/2022, às 18:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000032834732** e o código CRC **C7912586**.

ANEXO II – MINUTA DA ATA
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA Nº XXX/20XX-SEDUC
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 033/2022 – SEDUC
PROCESSO Nº 2021.0000.605.7406
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos XX dias do mês de XXX de 2022, pelo presente instrumento, a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.705/0001-20, ora representada pela SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, PROFª. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, brasileira, casada, professora, RG nº 368625–SSP/RO e CPF/MF sob o nº 329.607.192-04, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e de forma suplementar, pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, pelo Decreto Estadual nº 7.437 de 06 de setembro de 2011, Decreto Estadual nº 9.666 de 21 de maio de 2020, Decreto Estadual nº 7.425/2011, Lei Complementar nº 117/2015 e demais normas vigentes à matéria e pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme a classificação das propostas de preços apresentadas quando da realização do Pregão Eletrônico SRP nº 000/2022-SEDUC (tipo menor preço por item) e homologação pela Secretária de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, RESOLVE registrar os preços para futura(s) e eventual(is) Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no que tange à disponibilização de uniformes para bandas e fanfarras às escolas da rede pública estadual de ensino, subsidiando o Projeto Arte Educa, entre outr, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo de Referência, para atendimento das necessidades da Secretaria de Estado da Educação (Processo 2021.0000.05.7406).

FORNECEDOR:					
CNPJ:					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no que tange à disponibilização de uniformes para bandas e fanfarras às escolas da rede pública estadual de ensino, subsidiando o Projeto Arte Educa, entre outras ações., de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo de Referência, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº ___/2022, seus anexos e Proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) vencedora(s).

Parágrafo 1º – O objeto desta Ata deve seguir todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ata, juntamente com a documentação e proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) Licitante(s), conforme consta nos autos do Processo nº 2021.0000.605.7406, que a originou.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Parágrafo 1º – A presente Ata de Registro de Preços terá o **período de vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial, sem alteração dos quantitativos originalmente registrados, em obediência ao art. 23 da Lei Estadual nº 17.928/2012. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

Parágrafo 2º – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irremovíveis.

Parágrafo 3º – A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE POR ÓRGÃO PARTÍCIPE E DA UTILIZAÇÃO DA ATA

Parágrafo 1º – A Ata de Registro de Preços, durante sua **vigência de 12 (doze) meses**, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo 2º – Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que este autorize a sua utilização e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

Parágrafo 3º – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo 4º – A liberação da participação na Ata de Registro de Preços resultante de licitações promovidas pelo Estado de Goiás, para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder, na sua totalidade, a cem por cento dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo 5º – A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelos adjudicatários, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata e do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

Parágrafo 1º – O fornecimento objeto da Ata será formalizada por Instrumento Contratual e deverá seguir as características, prazos de entrega e locais constantes no Anexo I - Termo de Referência – do Edital.

Parágrafo 2º – A fornecedora deverá manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DO FATURAMENTO

Parágrafo 1º - Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha de alguma forma para tal concorrido, ela fará jus à compensação financeira devida, desde que a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

onde: EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Parágrafo 2º - O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento e será exigida a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

Parágrafo 3º - A fornecedora deverá manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 4º - O valor a ser pago à Contratada, conforme estabelecido no Termo de Referência;

Parágrafo 5º - A remuneração da empresa vencedora será resultante do somatório do quantitativo efetivamente prestado no período de referência.

Parágrafo 6º - Estarão incluídos no valor total do pagamento todos os tributos, salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, bem como todo o investimento necessário à implantação do referido objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

Parágrafo 1º – Os órgãos participantes do Registro de Preços deverão, quando da necessidade da contratação, recorrer ao ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do FORNECEDOR e respectivo preço a ser praticado.

Parágrafo 2º – A contratação com o FORNECEDOR registrado, após a indicação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de Contrato. O FORNECEDOR será convocado para, no prazo de 10 (dez) dias a partir da notificação, assinar o Contrato (conforme Minuta constante no Anexo III do Edital), podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

Parágrafo 3º – A recusa injustificada do FORNECEDOR registrado em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo 4º – O contrato terá vigência imediata com a emissão da Ordem de Fornecimento pela CONTRATANTE, extinguindo-se com a execução integral dos serviços, conforme determinado no item 9.2.3. do Termo de Referência;

Parágrafo 5º – Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, o FORNECEDOR registrado deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo 6º - Cada Órgão Participe será responsável pela efetivação da contratação advinda da presente Ata, respeitando a minuta contratual constante no Anexo III do Edital.

Parágrafo 7º – Cabe ao órgão Participe indicar o gestor do contrato.

Parágrafo 8º – Todos os encargos decorrentes de possíveis contratos, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade do Contratado.

Parágrafo 9º – Os contratos advindos da Ata de Registro de Preços seguem todas as obrigações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DA PROPONENTE

Parágrafo 1º - A Proponente terá o seu registro de preço cancelado pela SEDUC quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar o instrumento de contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Estiverem presentes razões de interesse público, devidamente justificadas.

V. Por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

Parágrafo 2º - A proponente poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, por intermédio de processo administrativo específico, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Parágrafo 3º - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da SEDUC.

Parágrafo 4º - A administração, se julgar conveniente, poderá optar por realizar um procedimento licitatório específico para a contratação do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Parágrafo 1º - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, mediante justificativa da autoridade competente, exceto quanto aos acréscimos de quantitativos, obedecidas as disposições da lei federal de licitações, quanto às alterações contratuais.

Parágrafo 2º - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

Parágrafo 3º - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a SEDUC como Órgão Gerenciador, deverá:

I. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido.

Parágrafo 4º - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, em razão desse fato, comprovar, mediante requerimento, a sua impossibilidade de cumprir o compromisso, a SEDUC poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

Parágrafo 5º - Não havendo êxito nas negociações, a SEDUC procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO GERENCIAMENTO DA ATA

Parágrafo 1º – Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços e, ainda, o seguinte:

I - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

II - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

III - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do objeto do Sistema de Registro de Preços e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores contratuais indicados;

IV – buscar, quando necessário, informações junto ao mercado, quanto às características técnicas do objeto a ser registrado;

V – garantir que a adesão de órgãos não participantes não ultrapasse os quantitativos previstos neste Decreto.

Parágrafo 2º – O Gestor responsável em gerir esta Ata de Registro de Preços será servidor da Gerência de Compras da SEDUC, especialmente designado para tal, com assessoramento que julgar pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo 1º – Esta Ata, durante sua vigência de 12 (doze) meses, não ultrapassando o período de 01 (um) ano, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo 2º – Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que este autorize a sua utilização e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

Parágrafo 3º – A liberação da participação na Ata de Registro de Preços resultante de licitações promovidas pelo Estado de Goiás, para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder, na sua totalidade, a cem por cento dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo 4º – A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelos adjudicatários, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata e do contrato.

Parágrafo 5º – Cabe ao órgão partícipe indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93, compete:

I - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive das respectivas alterações, porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;

II – promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

III - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

IV - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e, também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

V - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, às características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo 1º – Todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo 2º – A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos na presente Requisição e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto

Parágrafo 3º – Fornecer os materiais, objeto da licitação, de acordo com as especificações, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitário e total, conforme consta na Nota de Empenho.

Parágrafo 4º – Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

Parágrafo 5º – Entregar os materiais, objetos da licitação no local, prazo e condições determinados no item 9 e seus subitens, do Termo de Referência.

Parágrafo 6º – Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer.

Parágrafo 7º – Arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

Parágrafo 8º – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SEDUC no concernente ao objeto do Termo de Referência e da presente requisição, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente.

Parágrafo 9º – Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de fabricação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo 10 – Providenciar a substituição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, dos materiais que apresentarem problemas, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente;

Parágrafo 11 – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SEDUC no concernente ao objeto da presente requisição, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente;

Parágrafo 12 – Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

Parágrafo 13 – Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

Parágrafo 14 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

Parágrafo 15 - Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

Parágrafo 16 - O licitante vencedor se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria de Estado da Educação, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e fixo para contato.

Parágrafo 17 - Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Secretaria de Estado da Educação ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados;

Parágrafo 18 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que poderá ou não ser acatado pelo gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS SANÇÕES

Parágrafo 1º – Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

Parágrafo 2º – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecendo os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

Parágrafo 3º – Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

Parágrafo 4º – As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

Parágrafo 5º – As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

Parágrafo 6º – A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo 7º - As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

Parágrafo 8º - Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO

Parágrafo 1º - Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

Parágrafo 2º - CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

Parágrafo 3º - A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

Parágrafo 4º - O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

Parágrafo 5º - A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

Parágrafo 6º - Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluído o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

Parágrafo 7º - A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

Parágrafo 8º - As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral. E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, aosdias do mês dede 2022.

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR

Secretária de Estado da Educação

Pelo FORNECEDOR (ES):

Representante Legal

ANEXO III - MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº _____, que celebram o ESTADO DE GOIÁS, por meio da SECRETARIA DA ESTADO DA EDUCAÇÃO, e a empresa _____, para os fins que especifica, sob as condições a seguir descritas:

DAS PARTES:

CONTRATANTE

O ESTADO DE GOIÁS, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, inscrita no CNPJ nº 01.409.705/0001-20, com sede na Quinta Avenida, nº 212 - Leste Vila Nova, Goiânia - GO, neste ato representado pela Secretária de Estado da Educação, PROFª. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, brasileira, casada, professora, RG nº 368625--SSP/RO e CPF/MF sob o nº 329.607.192-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, tendo como representante (s) legal (is) os Srs. (as) _____, inscrito (s) no CPF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

1. CLAUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 – O presente contrato decorre do Pregão Eletrônico SRP nº ____/2022, aberto em ____/2022, na forma da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e demais normas pertinentes à matéria, homologado pela Secretária de Estado da Educação, conforme Termo de Homologação de ____/____/____ e Proposta de Preços, tudo constante do processo administrativo nº 2020.0000.605.7406, o qual faz parte do presente contrato, independentemente de transcrição, regendo-o no que for omissis.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de uniformes para bandas e fanfarras e materiais congêneres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no que tange à disponibilização de uniformes para bandas e fanfarras às escolas da rede pública estadual de ensino, subsidiando o Projeto Arte Educa, entre outras ações.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL:					

2.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta os acréscimos ou reduções dos quantitativos dos produtos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do montante constante neste Contrato, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS QUANTIDADES

3.1. Neste processo, projeta-se a aquisição de uma demanda de 26 itens divididos em Ampla Concorrência e Cota ME/EPP, sendo do item 1 ao 8 a aquisição será realizada por conjunto, para que não ocorra diferenças na confecção e materiais utilizados, conforme apresentado no quadro a seguir.

3.2. Os quantitativos apresentados foram definidos pela Superintendência de Desporto Educacional e Arte Educação, com base no quantitativos de unidades escolares pertencentes à rede Estadual de Educação que desenvolvem o Projeto Arte Educa, de acordo com o número de componentes de cada banda escolar e de acordo com as planilhas anexas a este instrumento.

3.3. Os itens adquiridos fomentarão o trabalho desenvolvido nas unidades escolares que possuem bandas em suas diversas classificações: banda marcial, banda musical, banda de percussão e fanfarra, observando ainda que dentro dessas corporações existem grupos que executam diferentes funções, como por exemplo o Corpo Musical e Linha de Frente. O corpo musical é constituído por todos os alunos que portam e tocam instrumentos musicais e a linha de frente, subdividindo-se em: Pelotão Cívico, composto por Porta-Estandarte, Porta Bandeiras e Guardas de Honra, e portam adereços como o estandarte, que consiste na identificação visual da unidade escolar mostrada em desfiles cívicos e apresentações, bem como as bandeiras (Nacional, Estadual e Municipal) e elementos decorativos; Corpo Coreográfico composto por estudantes que desenvolvem coreografias coletivas especialmente desenvolvidas para cada uma das músicas executadas pelo Corpo Musical, utilizando – ou não – adereços como bastões, arcos, bandeirolas, etc; e também a Baliza (ou Balizador) que realizam coreografias individuais com elementos da ginástica rítmica desportiva e da ginástica olímpica e ainda o Mor, que conduz a corporação musical quando a mesma está em deslocamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA

4.1. Todos os materiais ofertados deverão atender à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratado relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

4.2. Sendo evidenciado defeito em prazo igual ou inferior a 7 (sete) dias corridos, o bem deverá ser substituído pelo contratado, no prazo de até 15 dias úteis, por outro bem, novo, sem uso.

4.3. O prazo de substituição dos materiais adquiridos ou de suas peças que apresentarem defeitos, durante o prazo de garantia, deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, inclusive se encontrados defeitos ou desconformidades com as especificações descritas nesta requisição, no ato da entrega.

4.4. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelo produto e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda da Assistência Técnica credenciada, arcando com quaisquer danos

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Do Local/Horário de Entrega:

5.1.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoarifado Setorial da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, na Av. Quinta Avenida, nº 212, quadra 71, Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO - CEP: 74.643-030, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00, mediante prévio agendamento junto ao Gerência de Patrimônio da SEDUC, pelos telefones: (62) 3220-9518, que comunicará a unidade demandante para que providenciem o acompanhamento da entrega. As entregas sem agendamento somente serão aceitas, excepcionalmente, desde que não prejudique os demais recebimentos agendados, a critério da SEDUC Goiás.

5.2. Do Prazo e Condições de Entrega:

5.2.1. Os objetos descritos no Termo deverão ser entregues ao CONTRATANTE conforme demanda de solicitação dos interessados;

5.2.2. O início do prazo será contado a partir da emissão da Nota de Fornecimento ou outro meio que o equipare;

5.2.3. O objeto contratado deverá ser entregue de forma integral e imediata, conforme quantidade e especificações pactuadas, após a emissão da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança no transporte;

5.2.4. Fica assegurado ao CONTRATANTE, o direito de rejeitar os objetos entregues em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, ficando o fornecedor obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 30 (trinta) dias;

5.2.5. Caso a substituição dos objetos não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

5.2.6. O aceite ou aprovação dos objetos pelo CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Pasta as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

5.3. Das Condições de Recebimento:

5.3.1. O recebimento do (s) material (is) se dará da seguinte forma:

a) Provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificações constantes no Termo de Referência e nesta proposta, mediante termo de recebimento provisório.

b) Definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.3.2. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

5.3.3. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e nesta proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

5.3.4. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga.

5.3.5. Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado de utilização; caso a mercadoria não se encontre mais disponível no mercado, o produto substituto deve ser de qualidade igual ou superior ao solicitado, nos itens 5.5 e 6. A substituição deverá ser autorizada pelo contratante.

5.3.6. Se a Contratada realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos agentes acima mencionados.

5.3.7. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto no Termo de Referência ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 77 c/c art. 78, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 87 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5.3.8. Toda entrega que será feita sob demanda, será submetida a apreciação do produto para verificação se o mesmo esta conforme a aquisição, sendo assim, em qualquer das entregas, se for notada qualquer divergência do produto entregue, o mesmo poderá ser rejeitado, e notificada a empresa para que seja resolvida a falha;

5.3.9. Todos os materiais ofertados deverão atender à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes;

5.3.10. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante Nota Fiscal emitida pela Contratada e devidamente atestada pela Contratante, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. O valor total deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme Termo de Homologação do Pregão Eletrônico SRP.

6.2. A despesa correrá conforme quadro abaixo e conforme Nota de Empenho nº _____, de ____/____/____, referente ao período de _____, no total de R\$ _____ (_____).

6.2.1. No exercício seguinte, as despesas ocorrerão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programas, ficando a CONTRATANTE obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho Complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

Descrição	Código	Denominação
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
FUNÇÃO		
SUBFUNÇÃO		
PROGRAMA		
AÇÃO		
GRUPO DE DESPESA		
FONTE DE RECURSO		
MODALIDADE APLICAÇÃO		

6.3. Nos preços acima, estão inclusos todos os impostos, seguros, despesas, custos e encargos devidos em razão da execução deste contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. Os encargos financeiros do Estado restringir-se-ão ao pagamento dos **produtos adquiridos, devidamente recebidos, e aceitos integralmente** ou em parte claramente mensurável (incluindo produtos, artefatos acessórios, documentos e controles) para cada Ordem de Serviço. As Ordens de Serviço, a critério do Estado, poderão ser divididas em produtos intermediários de escopo definido.

7.2. O Gestor do Contrato terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal, para as devidas conferências e atesto, desde que não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido, de alguma forma, a Contratada.

7.3. Para que seja efetuado o pagamento, a Contratada deverá apresentar Nota Fiscal e comprovar a sua regularidade fiscal perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos Relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS – CRF), a Economia Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil) e para com a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), admitida certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

7.4. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência serão devolvidas à Contratada.

7.5. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

7.6. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da Contratada (matriz/filial) encarregada da execução do contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de oito dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal, não se aceitando pedido de substituição de CNPJ após o dia 30 de novembro de cada ano.

7.7. Os pagamentos somente serão efetivados por meio de crédito em conta corrente da Contratada na Caixa Econômica Federal – CEF, que é a Instituição Bancária contratada pelo Estado de Goiás para centralizar sua movimentação financeira, nos termos do art. 4º da Lei Estadual n. 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

7.8. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto deste instrumento, os valores constantes da cláusula segunda deste contrato, mediante a apresentação da(s) fatura(s)/nota(s) fiscal(is), devidamente atestada(s) pelo Responsável pela Unidade Beneficiária, correspondente a(s) Ordem(ns) de Fornecimento efetivamente cumprida(s).

7.9. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) ao(s) fornecimento(s) deverão ser protocolizadas na sede administrativa do **CONTRATANTE** devidamente acompanhadas do relatório de fornecimento, observadas as condições e cláusulas deste contrato, emitido pela Unidade Beneficiária.

7.10. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) à(s) compra(s) deverá(ão) atender as exigências dos órgãos de fiscalização inclusive quanto ao prazo de autorização para emissão e ainda, serem protocolizadas na sede administrativa do **CONTRATANTE** devidamente acompanhadas de relatório da(s) compra(s), observadas as condições e cláusulas deste contrato, emitido pela Unidade Beneficiária, com a descrição e quantitativo do item, conforme o solicitado na ordem de fornecimento/serviço, lote, validade, marca, número do processo, número do empenho, número do procedimento, tipo de licitação, valor unitário e total de cada item.

7.11. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) à(s) Ordem de Fornecimento(s) será(ão) objeto de conferência e aprovação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua respectiva protocolização.

7.12. As contas serão pagas até o 30º (trigésimo) dia após a efetiva entrega dos produtos, objeto do presente instrumento, mediante a apresentação da(s) respectiva(s) fatura(s), devidamente atestada(s) pelo Diretor/Responsável pela Unidade Beneficiária, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

7.13. A Contratada deverá informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento.

7.15. Ocorrendo atraso no pagamento, a contratada fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I/365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso do pagamento;

N = Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

7.8 Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.9 Após a celebração do contrato, se já transcorrido o período de 12 (doze) meses da vigência da ata, o valor poderá ser reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

- $R = PO \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$
- Onde:
- R = parcela de reajuste;
- PO = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;
- IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;
- IPCA₀ = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, a Gerência de Arte e Educação da Superintendência de Desporto Educacional, Arte e Educação, unidade responsável de gerir o contrato, designará servidor representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.2. A execução dos serviços é responsabilidade da CONTRATADA seguindo as normativas do regulamento geral da competição e deliberações do comitê organizador geral que será designado por portaria.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

8.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DA CONTRATADA

9.1.1. Todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

9.1.2. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos na presente Requisição e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

9.1.3. Fornecer os materiais, objeto da licitação, de acordo com as especificações, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitário e total, conforme consta na Nota de Empenho.

9.1.4. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

9.1.5. Entregar os materiais, objetos da licitação no local, prazo e condições determinados no item 9 e seus subitens.

9.1.6. Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer.

9.1.7. Arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

9.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SEDUC no concernente ao objeto do Termo de Referência e da presente requisição, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente.

9.1.9. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de fabricação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

9.1.10. Providenciar a substituição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, dos materiais que apresentarem problemas, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente;

9.1.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SEDUC no concernente ao objeto da presente requisição, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente;

9.1.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.1.13. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

9.1.14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

9.1.15. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

9.1.16. O licitante vencedor se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria de Estado da Educação, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e fixo para contato.

9.1.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Secretaria de Estado da Educação ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados;

9.1.18. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que poderá ou não ser acatado pelo gestor.

9.2. Obrigações da CONTRATANTE

9.2.1 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

9.2.2 Comunicar à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.2.3. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.

9.2.4. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

9.2.5. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, obedecida a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019;

9.2.6. Dar conhecimento ao titular e ao prestador dos serviços de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto (prestação dos serviços).

9.2.7. Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados.

9.2.8. Designar por meio de portaria 03 (três) servidores da Secretaria de Estado da Educação para o recebimento de material e atesto da Nota Fiscal do objeto executado com valor superior ao limite estabelecido no artigo 23, II, "a", da Lei Federal nº 8.666/93, com alteração implementada pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de julho de 2018;

9.2.9 Verificar minuciosamente, no ato do recebimento, a conformidade do produto, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de notificação da empresa em caso de mudança da qualidade/objeto e em caso de descumprimento, serão tomadas providências pelo gestor do contrato;

9.2.10. A CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.11. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.2.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

10.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto do termo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Tão logo seja conhecida a Empresa (fornecedor) deverá apresentar em tempo hábil para aprovação, amostras embaladas dos produtos, conforme orientação deste documento, para que não haja acondicionamento do objeto diverso do solicitado e ocorra algum impedimento na entrega.

11.2. O material licitado somente poderá ser substituído mediante comprovação da contratada de fator de impedimento por força maior, e desde que haja anuência da contratante, sendo o objeto substituído de igual ou superior valor e qualidade em relação ao material licitado.

11.3. O gestor responsável em gerir a Ata de Registro de Preços será a Gerência de Compras ou servidor designado pelo gerente.

11.4. Após assinatura da Ata de Registro de Preços, os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrer ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I- não assinar o contrato;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

12.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

12.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

12.4. As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

12.5. As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

12.6. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

12.7. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

12.8. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 – Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE ou bilateralmente por mútuo acordo entre as partes, atendida sempre a conveniência administrativa.

13.2 – De acordo com o art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, são motivos de rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93;

XIV – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva a execução do contrato;

XVIII – Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penas cabíveis;

Parágrafo único: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, na forma do artigo 77 do referido Diploma Legal.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

14.1. O Programa de Integridade, criado pela Lei Estadual nº. 20.489/2019, deve ser implantado pela contratada e consistirá no conjunto de mecanismos e procedimentos internos e integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás.

14.2. O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

14.3. O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos;

II - treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade;

III - análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;

IV - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

V - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;

VI - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

VII - independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;

VIII - canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;

IX - medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;

X - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XI - ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

14.4. Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa ao poder público.

14.5. A pessoa jurídica deverá expor suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

14.6. A comprovação deve abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela do computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordem de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

14.7. A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins de avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será considerado para fim de cumprimento desta Lei.

14.8. Pelo o descumprimento da exigência prevista nesta Lei, a administração pública do Estado de Goiás, em cada esfera do Poder, aplicará à empresa contratada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato.

14.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

14.10. O cumprimento da exigência estabelecida nesta Lei, mediante atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade, fará cessar a aplicação da multa.

14.11. O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implicará indêbito da multa aplicada.

14.12. A multa definida no caput não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Estado de Goiás.

14.13. O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa para rescisão contratual, com incidência cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo período de 02 (dois) anos ou até efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

15 . CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

15.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, não estando sujeitos a atualização monetária.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

16.1 - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congêneres, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

17.1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congênera, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO

19.1. Este contrato guarda conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 033/2022, vinculando-se ao Processo nº 2021.0000.605.7406 e a proposta da Contratada.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REGISTRO E FORO

20.1. O presente contrato será objeto de oportuna apreciação junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

20.2. Aos casos omissos deverão ser aplicados os seguintes diplomas legais: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 9.666/2020, e, Lei Federal nº 8.666/93 e supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

20.3. Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios acaso surgidos em decorrência do presente instrumento.

E por estarem acordos, assinam este instrumento os representantes das partes e as testemunhas, em três vias de igual teor e forma para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, _____ do mês de _____ de 2022.

CONTRATANTE:

APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA

Secretária de Estado da Educação

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome:

CPF:

2 _____

Nome:

CPF:

“ANEXO AO CONTRATO, CONVÊNIO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE”

1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

2) A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

4) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

5) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

6) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7) A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei. 8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.”

8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, _____ do mês de _____ de 2022.

CONTRATANTE:

APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA

Secretária de Estado da Educação

CONTRATADA:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. V, ART. 27 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E INC. XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1.988

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, da não-realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local, _____, de _____, de _____.

Assinatura e carimbo

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 033/2022

Processo nº 2021.0000.605.7406

Todos os campos são de preenchimento obrigatório							
Razão Social:							
CNPJ:							
Endereço:							
Telefone:							
Banco:				Agência: (nome/nº)		Conta Corrente:	
Dados do Signatário – para assinatura do contrato							
Nome:				Cargo:			
Nacionalidade:			Identidade:			CPF:	
Item	Especificações do Produto/Marca	Unidade	Quantidade	Preço Unitário COM ICMS (R\$)	Preço Total COM ICMS (R\$)	Preço Unitário SEM ICMS (R\$)	Preço Total SEM ICMS (R\$)
Valor Total da Proposta COM ICMS (por extenso):							
Valor Total da Proposta SEM ICMS (por extenso):							
Convênio ICMS? Sim – () Não – ()							
<p>- Informar, no que couber, a alíquota do ICMS.</p> <p>- Observar as exigências constantes da Cláusula deste Edital.</p> <p>- Declaro que a validade da proposta é de 120 (Cento e Vinte) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.</p> <p>- Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03).</p> <p>- Declaro que nesta Proposta de Preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete e até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria.</p> <p>- Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.</p>							
DATAR E ASSINAR							

ANEXO VI

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE CADASTRAL – CRC

A licitante poderá apresentar o CRC em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme listados abaixo:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 – Documentos Pessoais (cópias autenticadas válidas):

1.1.1 – Sociedade Empresarial Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Microempresa - ME, ou Empresa de Pequeno Porte - EPP: Cédula de Identidade, CPF do (s) representante (s) legal (is), do sócio (s), procurador (es), Administrador (es). Quando for o caso comprovante de inscrição e situação cadastral da Receita Federal – CNPJ da (s) empresa (s) sócia (s) quotista (s) e o procurador (es). Somente da empresa a ser cadastrada.

1.1.2 – Empresa de Sociedade Anônima: Cédula de Identidade, CPF de todos os Diretores e Administrador (es). Quando for o caso comprovante de inscrição e situação cadastral da Receita Federal – CNPJ da (s) empresa (s), sócia (s) quotista (s) e o procurador (es). Somente da empresa a ser cadastrada.

1.2 – Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas respectivas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial do domicílio do interessado.

1.2.1 – Sendo o interessado, Sociedade Comercial, Instituto, Cooperativa ou Sociedade anônima: apresentar a ata de eleição de seus administradores, na forma legal;

1.2.2 – Sendo o interessado, Empresário Individual: apresentar Requerimento do Empresário, expedido pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República e registrado na Junta Comercial do domicílio do interessado.

1.2.3 – Sendo o interessado, Sociedade Civil (Sociedade Simples): apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

1.3 – Ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando o interessado for empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e a atividade empresarial assim o exigir.

1.4 – Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade empresarial assim o exigir (Ex.: ANEEL, ANATEL, Vigilância Sanitária, Licença Ambiental, ANVISA).

1.5 – Certidão Simplificada ou Termo de Enquadramento do ano vigente, comprovando a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (em atenção ao artigo 1º e 8º da IN nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC), expedido pela Junta Comercial do domicílio do interessado, caso cumpra os requisitos legais para esse enquadramento, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006. 1.6 - Comprovante de inscrição do CNPJ, emitido pela Receita Federal do Brasil, expedido no ano vigente.

2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

2.1 – Balanço Patrimonial (Termo de abertura, ativo, passivo, Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento do livro diário) do último exercício social.

2.1.1 – Os documentos acima deverão estar registrados na Junta Comercial ou em cartório (quando a Lei permitir), do domicílio do interessado, apresentados paginados, de forma sequencial (em atenção à IN nº 107/2008-DNRC) e com todas as folhas assinadas pelo interessado e pelo contador responsável (em atenção ao Ofício-Circular nº 116/2007-DNRC);

2.1.2 – É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios;

2.1.3 – No envio do Balanço Patrimonial, quando da renovação ou atualização, deverá ser preenchido e enviado o formulário que encontra-se disponível no Site: “comprasnet.go.gov.br” ícone Cadastro de Fornecedor, “Formulário de Dados Patrimoniais”, assinado pelo Representante da Empresa e o Contador, com reconhecimento de firma de ambos. Os valores do “Formulário de Dados Patrimoniais” deverão estar em conformidade com as demonstrações contábeis que compõem o livro diário ou com Sistema Público de Escrituração Digital – SPED do último exercício social. É de total responsabilidade da empresa as informações enviadas, inclusive passível de penalidades caso os dados não sejam verídicos.

2.2 – Em observância à legislação pertinente aquele interessado que se encontra obrigado a realizar a escrituração contábil na forma digital, deverá apresentar cópia impressa do arquivo transmitido ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED da Receita Federal do Brasil, contendo os seguintes documentos: Recibo de Entrega, Termo de abertura, ativo, passivo, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento do último exercício social.

2.3 – Sendo o interessado um Micro Empreendedor Individual – MEI, empresa enquadrada como Microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP e optar por não apresentar o solicitado no item 2.1, deverá apresentar Declaração devidamente preenchida e assinada pelo (s) representante (s) legal (is) que se encontra no Site: “comprasnet.go.gov.br” ícone Cadastro de Fornecedor, Declaração de Isenção do Balanço Patrimonial, de acordo com a prerrogativa do artigo 2-A do Decreto Estadual nº 7.466/2011.

“Art. 2º- A Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.”

2.4 – Certidão Negativa de falência ou concordata expedida por Cartório de Distribuidor de Ações e Falência e Concordata do domicílio da empresa.

3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (CERTIDÃO NEGATIVA)

3.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado de Goiás, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa); 3.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio do interessado;

3.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do interessado;

3.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02.10.2014), expedida pela Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

3.5 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF (Certificado da Regularidade do FGTS – CRF);

3.6 – Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista);

3.7 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (Ex.: Comprovante de inscrição estadual ou Comprovante de inscrição municipal).

Notas:

1) Caso seja apresentado o Certificado de Regularidade Cadastral - CRC, emitido pelo Cadastro de Fornecedores da Gerência de Aquisições Corporativas da SEAD, este deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

2) A licitante que não tenha apresentado o balanço, nos termos do item 3 acima para a consecução do CRC, dever também apresentá-lo para análise.

GOIÂNIA, 25 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA BATISTA LAGO, Gerente, em 26/08/2022, às 14:25, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000033077108 e o código CRC 970326F6.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO

QUINTA AVENIDA, QD. 71, Nº 212 - SETOR LESTE VILA NOVA - GOIÂNIA - GO - CEP 74.643-030.



SEI 000033077108



Referência: Processo nº 202100006057406